

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

DEPTO. DE
EDUCAÇÃO
AMBIENTAL

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

COORDENAÇÃO GERAL
DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL

COLECIONA:

fichário d@ Educador Ambiental

vol. 1 / ano 1 / julho - agosto 2008

ÍNDICE COLECIONA:

Textos para se pensar a EA

EA: caminho para a sustentabilidade
Antonio Carlos Teixeira - pág. 3

SisNEA

Marcos Sorrentino - pág. 13

Estruturas Educadoras

José Matarezi - pág. 17

Coletivos Educadores

Luiz Antonio Ferraro Jr. e
Marcos Sorrentino - pág. 29

Viveiros Educadores

Renata R. Maranhão e
Gustavo N. Lemos - pág.39

Com-Vidas e

Coletivos Jovens de Meio Ambiente
Fábio Deboni, Soraia Silva de Mello e
Rachel Trajber - pág. 43

Salas Verdes

Escola da Fazenda - pág. 51

Educomunicação

Rachel Trajber - pág. 53

Cooperação Internacional

Cláudia Martins e Iara Carneiro
- pág.61

PEAMSS

pág. 69

Agenda EA

pág. 71

Recomenda-se

pág. 75

EXPEDIENTE

Produção:
OG/PNEA
DEA/MMA
CGEA/MEC

Coordenação Editorial:
Fabiana Mauro – DEA/MMA

Projeto Gráfico:
Fábio de Senna

Diagramação/produção:
Fábio de Senna
Arthur Armando da Costa Ferreira
Ricardo Veronezi Ferrão

Endereço:
Departamento de Educação Ambiental
Ministério do Meio Ambiente
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, sala 553
Brasília - DF - Brasil / CEP 70.068-900
Tel. (61) 3317-1241 / Fax (61) 3317-1757

Home page: www.mma.gov.br
Endereço eletrônico para assuntos
relacionados a esta publicação:
educambiental@mma.gov.br

O COLECIONA: fichário d@ EducadorAmbiental é um material a princípio eletrônico e bimestral, especializado em informações sobre Educação Ambiental e Educomunicação, que poderá ser consultado gratuitamente no *site* do DEA/MMA – Departamento de Educação Ambiental – e disponível para *download* em formato pdf. A cada dois meses, as pessoas cadastradas receberão eletronicamente em seus e-mails os textos atualizados.

Após a circulação de alguns exemplares, estes serão avaliados junto ao receptor e as instituições, organizações e pessoas interessadas receberão um fichário onde esses textos deverão ser arquivados. O objetivo é de que este seja um completo e prático fichário com textos para se pensar e fazer Educação Ambiental, permanentemente atualizado e organizado em seções, possibilitando, assim, a formação de um Banco de Informações sobre tal temática, para consulta pública.

Para tanto, não deixe de se cadastrar para o recebimento das atualizações e de fazer sugestões.

E que este seja mais um ponto para nossa rede de educador@s ambientais!

COLABORE

O recebimento dos textos é um fluxo contínuo, isto é, não há prazos para envio dos mesmos.

Orientações para envio: não determinamos número de páginas ou linhas, nem mesmo tipo de fonte ou corpo da letra, uma vez que nosso objetivo é a participação de todos(as), ainda que via carta ou telefone.

Caso haja a necessidade de alterar o tamanho do documento ou conteúdo, o autor será notificado e a publicação se dará mediante aprovação do mesmo.

CADASTRE-SE

Caso tenha interesse em receber em seu endereço eletrônico este material, por favor, envie um e-mail para o educambiental@mma.gov.br com o assunto: recebimento Coleciona: fichário do EA, ou através de nossa página na internet.

OPINE

Envie sua opinião sobre o conteúdo e o formato deste material para o educambiental@mma.gov.br, com o assunto: opinião Coleciona: fichário do EA. Se possível, nos comunique sobre seu envolvimento com atividades de Educação Ambiental.

Os artigos aqui publicados refletem a posição de seus autores e são de sua inteira responsabilidade.

Fica autorizada a publicação total ou parcial do conteúdo deste fichário, desde que citada a fonte.

EA: Caminho para a Sustentabilidade

por Antônio Carlos Teixeira

Em 1983, a Organização das Nações Unidas criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento com o objetivo de instituir uma “agenda global para mudança”. Uma das metas dessa comissão, liderada pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, era propor estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável da humanidade por volta do ano 2000 e para os anos seguintes. Naquela época, a população mundial era de 4,8 bilhões de pessoas e problemas como acesso à água doce, consumo de energia, preservação e conservação de florestas, poluição e geração de resíduos já estavam causando preocupação em relação ao futuro da espécie humana na Terra.

Nesses últimos 22 anos, percebeu-se um aumento da consciência das populações sobre a importância dos recursos naturais para a continuação da vida no planeta. No Brasil, por exemplo, pesquisa realizada em 2002 pelo Ministério do Meio Ambiente em conjunto com o Instituto de Estudos da Religião (Iser), identificou o desmatamento e a poluição das águas e do ar como os principais problemas ambientais do país; 46% dos brasileiros pesquisados disseram não ser exagerada a preocupação com o meio ambiente; 81% manifestaram que se

sentiam mais motivados quando encontravam informações nos produtos de que haviam sido fabricados de maneira ambientalmente correta e 38% concordaram com o caráter prioritário do meio ambiente, ainda que isso implicasse uma limitação na produção e no abastecimento de energia no Brasil.

Cresceu também o número de pessoas no globo: atualmente, somos cerca de 6,5 bilhões de pessoas e deveremos chegar aos 8,9 bilhões em 2050. Em 2003, 48% da população mundial viviam em áreas urbanas, segundo dados da *Population Division – Department of International Economics and Social Affairs*, da ONU. Nos países mais desenvolvidos economicamente, essas estatísticas chegam a 76% contra apenas 42% nos mais pobres.

A população humana está crescendo. E para que o planeta dos nossos filhos, netos e gerações futuras tenham condições de continuar a vida, temos que buscar o ponto de equilíbrio entre a utilização dos recursos naturais, em benefício do nosso bem-estar, e a conservação e preservação do meio ambiente. Chegar a esse ponto em nível mundial, não será uma tarefa simples. Podemos acelerar os passos ampliando nossas percepções sobre a Teia da Vida, que une todos nós, e a consciência de que nossas atitudes para com o meio ambiente definirão o cenário que a

humanidade encontrará daqui para a frente.

É aí que entram as ações de educação ambiental (EA).

Não podemos mais fazer “vista grossa” para as questões ambientais, como se elas não nos afetassem. Sim, elas estão tão presentes que fazem parte diariamente das nossas vidas.

Falar e pensar meio ambiente é entender que tanto a manutenção e a limpeza do aparelho de ar-condicionado de casa ou do local de trabalho quanto a conservação de uma bacia hidrográfica são ações muito importantes para o bem-estar, sejam de um indivíduo, de uma família, de um grupo de funcionários de uma empresa ou de uma população.

Agir em benefício da manutenção da vida na Terra é perceber a água doce como um recurso vital, finito e entender por que é necessário defender a sua correta utilização e democratizar o seu acesso.

Compartilhar da consciência planetária é despertar para a redução da geração de lixo, sendo solidário em ações que tenham por objetivo limpar e conservar áreas públicas e naturais, assegurar o descarte correto de resíduos e fomentar a sua reutilização por meio de técnicas de reciclagem.

Sentir-se um cidadão ambiental é direcionar ações, idéias e pensamentos

ao encontro dos objetivos da Agenda 21, documento aprovado pelos 179 países participantes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, junho de 1992), que estabelece compromissos para o crescimento, baseados em mudanças no padrão de desenvolvimento que priorizem métodos equilibrados de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica, de modo a garantir a sustentabilidade da vida no planeta.

Participar da construção de uma nova relação com o meio ambiente é estimular a adoção de técnicas que harmonizem manejo agrícola e conservação das florestas. É apoiar práticas de agricultura que reduzam a degradação dos recursos naturais utilizados para a produção de alimentos, como solo e água, e ao mesmo tempo contribuam para a manutenção da fauna e da flora locais.

O que podemos perceber é que todas as ações que busquem equilibrar o bem-estar da humanidade com a conservação e a preservação dos recursos naturais, aliados a técnicas e tecnologias que permitam o desenvolvimento social e econômico, e garantam condições favoráveis de vida na Terra para as gerações futuras, estão intimamente ligadas a programas e projetos de EA.

Educação ambiental: definições

Podemos entender educação ambiental como um conjunto de

ensinamentos teóricos e práticos com o objetivo de levar à compreensão e de despertar a percepção do indivíduo sobre a importância de ações e atitudes para a conservação e a preservação do meio ambiente, em benefício da saúde e do bem-estar de todos.

Interessante também é a definição dos professores Arlindo Philippi Junior e Maria Cecília Focesi Peliconi, do Departamento de Prática em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP. Para eles, a educação ambiental deve transcender o caráter de efetivo instrumento de gestão e tornar-se uma “filosofia de vida”, uma vez que “conduz à melhoria da qualidade de vida e ao equilíbrio do ecossistema para todos os seres vivos.”

Assim como o ciclo da vida, o conceito de EA segue um caminho de evolução e já começa a ganhar novas interpretações. O físico e escritor Fritjof Capra entende que a educação ambiental está contida num processo de conhecimento muito mais profundo sobre o meio de que fazemos parte: a alfabetização ecológica.

O conceito defendido pelo autor de *O tao da física* vai mais além: ele aponta que a alfabetização ecológica oferece uma estrutura para que nela seja baseada uma reforma escolar. E se entendermos reforma escolar como um conjunto de atos e teorias que busquem reforçar a imagem do homem como parte integrante do meio ambiente, percebendo e compreendendo seus processos, “vidas”, redes e ciclos,

estaremos no caminho certo para realizar uma das mais importantes revoluções comportamentais da história da humanidade.

Seja qual for a definição ou o entendimento para ampliarmos o nosso grau de desenvolvimento intelectual e moral em relação ao meio ambiente, o mais importante é criarmos e aperfeiçoarmos condições para aumentar a consciência do indivíduo ou do grupo na sua relação com o ambiente e os recursos naturais.

Pensar e transmitir ações e atitudes que tenham a harmonia como ponto de relacionamento com o meio ambiente indicam uma postura de percepção de que somos integrantes e participantes desse fantástico conjunto natural de seres, organismos e elementos. E quando atingimos essa percepção é um sinal de que o nosso equilíbrio interior está em sintonia com as energias que regem a *Teia da Vida*.

Sustentabilidade

Pensar em desenvolvimento sustentável ou em sustentabilidade pressupõe ações práticas e teóricas de EA. Uma política de desenvolvimento tecnológico, social e econômico deve ser precedida pela educação ambiental, ou seja, para alcançarmos o equilíbrio entre a desejada e inevitável evolução tecnológica do homem e a conservação e/ou preservação dos recursos naturais precisamos acreditar e investir em educação ambiental.

“Educar ambientalmente” passa pela sensibilização a respeito da importância de ações ligadas à preservação e conservação do meio ambiente e do correto uso dos recursos naturais que, sem dúvida, refletem no nosso bem-estar e ainda nos fazem desejar o mesmo estado de satisfação física, mental e moral para os nossos descendentes. Água, florestas, lixo, reciclagem e compostagem serão os assuntos a seguir, como forma de ampliar o esclarecimento sobre EA.

Água

A água é um bem indispensável. Sem ela, não haveria vida no planeta, pelo menos em relação ao que classificamos, entendemos e conhecemos como vida. Para a humanidade, a água doce é um recurso vital. Uma aparente abundância observada em rios, lagoas e cachoeiras nos faz pensar e agir como se a água doce fosse inesgotável. Se a cultura civilizada de nossos ancestrais não se preocupava com o seu desperdício, hoje sabemos que esse recurso pode se exaurir.

O planeta Terra tem uma superfície coberta por 70% de água salgada. De toda a água existente no globo, 97,2% é salgada, isto é, imprópria para o consumo humano. Dos 2,8% restantes, 2,38% estão nos pólos, sob a forma de gelo; 0,39% está no subterrâneo; 0,001% na atmosfera; e 0,029% nos rios e lagos. Isto significa que para uma população de 6,5 bilhões de pessoas a quantidade de água fresca disponível

para consumo imediato é menor se comparada com a que está sob a terra e 82 vezes menos em relação à estocada nos glaciares.

Da década de 1930 até hoje, a triplicação da população da Terra fez com que a demanda pela água aumentasse seis vezes. Estimativas apontam que já estamos consumindo 50% das reservas de água potável do planeta, o que pode chegar a 75% em 2025, caso o padrão desordenado de consumo seja mantido. Se as nações mais pobres e em desenvolvimento tivessem um consumo igual ao dos países ricos, a humanidade já teria chegado ao dramático índice de 90% das reservas de água potável.

A escassez de água potável atinge 2 bilhões de pessoas no mundo, sendo 1 bilhão em áreas urbanas. Caso a água doce continue a ser encarada como um bem infinito, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) prevê que 2,7 bilhões de pessoas amargarão a sua falta até 2025. Até lá, uma criança morrerá a cada dez segundos no planeta, vítima de doenças provocadas pela falta de água potável.

Na agricultura, a tradicional produção mundial de alimentos (que não leva em consideração técnicas e práticas orgânicas, agroecológicas ou sustentáveis de plantio) gasta cerca de 5 trilhões de metros cúbicos de água por ano, enfatizou Arjen Hoekstra, do Instituto Internacional de Infra-Estrutura Hidráulica e Engenharia Ambiental (IHE), da Holanda, durante o Fórum

Mundial da Água, realizado no Japão, em março de 2003. Lester Brown nos lembra que apenas para produzir uma tonelada de grãos são necessárias mil toneladas de água.

O Brasil detém entre 12% e 17% de toda a água doce da superfície do planeta e 70% do território (ou 840 mil km) onde está localizado o aquífero Guarani, a maior reserva subterrânea de água doce conhecida no mundo, estimada em 45 trilhões de metros cúbicos.

Mas o país vem dando um mau exemplo na relação com esse recurso natural, pois desperdiça cerca de 40% da água potável destinada ao consumo humano, segundo relatório realizado em 2003 pelo Parlamento Latino-Americano. Para a ONU, esse desperdício da água pelos países não deve ultrapassar 20%. Na América Latina, apenas a Argentina e o Chile apresentam percentuais menores.

A região Centro-Oeste do Brasil detém 16% dos recursos hídricos do país, a segunda maior porção, ficando abaixo apenas da região Norte, onde estão localizados 68% das fontes de água. O Sul tem 7% e o Sudeste, 6%. O Nordeste tem apenas 3% do total.

A água doce é um bem essencial e merece estar na pauta de discussões sobre desenvolvimento e sustentabilidade de governos, organizações civis, ONGs, empresas, escolas, instituições religiosas, universidades, enfim, de toda a

sociedade. É muito importante que mudemos nossa percepção sobre a água. Ações práticas e teóricas de EA é que irão nos ajudar a entendê-la como um recurso natural essencial para a vida e não um bem a ser consumido indiscriminadamente.

Florestas

Não há como separar a importância das florestas para a dinâmica do ciclo da água. Num estudo conjunto, o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e o Banco Mundial – que formam a Aliança para a Conservação e Uso Sustentável de Florestas – apontam que as florestas podem contribuir para a pureza da água. As florestas tropicais úmidas, inclusive, teriam, ainda, condições de aumentar a quantidade de água.

As florestas também são importantes agentes para reduzir a erosão pela água. A junção de subsolo florestal, cobertura de folhas caídas e solo organicamente enriquecido acaba por constituir a melhor terra para as bacias hidrográficas, evitando, assim, o desgaste do terreno. Ao ajudarem na minimização da erosão, as florestas auxiliam contra a sedimentação, que é o arrasto ou depósito de partículas do solo em cursos hídricos, que pode tornar a água imprópria para consumo ou para a irrigação.

Além de proporcionar madeira para a construção de habitações e produção de móveis, as florestas, com suas árvores, plantas e vegetação, também são fonte para a criação de remédios e

substâncias em benefício da saúde e do asseio das pessoas. Estimativas apontam que apenas 5% da flora mundial já tenha sido estudada em relação à sua potencialidade farmacêutica. Mas acredita-se que 80% da população da Terra usem medicamentos provenientes diretamente de plantas e animais. Na bacia amazônica, cerca de duas mil plantas são utilizadas para curar doenças ou combater enfermidades.

O manejo e a exploração das florestas pelo homem precisam ser baseados numa relação sustentada e equilibrada. A floresta não é um gigantesco depósito nem uma despensa à nossa disposição e não podemos nos comportar como usurpadores diante desse ecossistema, devastando ou degradando suas áreas. Podemos tirar dele nossas fontes de sobrevivência, mas com a consciência de que temos o dever de conservá-la e, em alguns casos, até preservá-la para a nossa geração e para as outras que ainda virão.

Lixo

O desenvolvimento para o conforto e o bem-estar humano produzido a partir da Revolução Industrial levou à intensificação de material descartado, ocasionando um aumento, basicamente nas áreas urbanas, da quantidade de resíduos gerados e não utilizados pelo homem, muitos deles provocando a contaminação do meio ambiente e trazendo riscos à saúde.

O crescimento das áreas urbanas

não levou em consideração a necessidade de adequação de locais específicos para depósito e tratamento dos resíduos sólidos. No Brasil de hoje, por exemplo, segundo o IBGE, a quantidade diária de lixo coletado é de 230,413 mil toneladas¹. Desse total, 167,215 mil toneladas são destinadas a aterros sanitários/controlados e 48,321 mil toneladas são despejadas nos chamados “lixões”, a céu aberto, sem nenhum tipo de tratamento.

A situação do lixo hospitalar também é preocupante. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) estima que o Brasil produz 4 mil toneladas de lixo hospitalar por dia e que apenas 14% desse total recebem tratamento adequado.

O lixo brasileiro é composto basicamente por matéria orgânica (65%), papel (25%), plástico (3%), metal (4%) e vidro (3%)². O tempo de decomposição desses materiais na natureza é bastante variado. Podem durar meses (orgânicos: de dois a 12 meses) a até milênios (vidro: entre mil e quatro mil anos).

Reciclagem e compostagem

A falta de novas áreas para a implantação de aterros sanitários (ou “lixões”, ou aterros controlados) é um fator que tem contribuído para a implementação de sistemas de compostagem, processo biológico para decompor matéria orgânica de origem animal ou vegetal. Estudos apontam que

as técnicas utilizadas pela compostagem são capazes de reduzir à metade a massa de lixo processada e, num prazo de 60 a 90 dias, levar à obtenção de um composto orgânico, para a utilização na agricultura, sem causar danos ao meio ambiente.

A reciclagem pode ser entendida como um processo que torna reutilizável um material cuja matéria-prima foi retirada da natureza após sofrer alterações de suas propriedades físicas ou físico-químicas.

Dados do Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre) indicam que o índice de reciclagem de resíduos sólidos urbanos (em peso) saltou de 4% para 8% entre 1999 e 2002, no Brasil.

Entretanto, mesmo com técnicas e ações que estimulem processos corretos e adequados de reciclagem, reutilização (de cartuchos de impressoras pessoais e comerciais, pneus usados etc.), descarte de resíduos (restos de pneus, pilhas e baterias usadas, lixo hospitalar...) e compostagem, é importante que reforçemos nossos conceitos, ações e atitudes em relação ao consumo. Se pudermos reciclar e reutilizar mais e, ao mesmo tempo, ter uma postura mais crítica e consciente em relação ao que consumimos e compramos para nosso uso em casa e nas empresas e indústrias, estaremos aumentando nossa participação em medidas de conservação e preservação ambientais, contribuindo para sustentar equili-

bradamente nosso desenvolvimento social, econômico e tecnológico, e no caminho de tornar possível às gerações futuras o acesso a condições ambientais semelhantes as que vivemos.

No artigo “A Fundamental Educação Ambiental para a Sustentabilidade”, Maria Lúcia de Sousa Silva cita um depoimento da professora Naná Mininni Medina sobre o papel da EA para ampliar a postura crítica em relação ao consumismo:

Uma escola motiva os alunos a catarem latas de alumínio para reciclagem. Isso é válido, claro, mas se não se analisa primeiro a questão do excesso de consumo, a mera coleta de latinhas não resolve a questão. Que opções podemos ter às latas para diminuir seu consumo? São os hábitos que precisam ser mudados. Quando um projeto de EA busca esse tipo de reflexão, está cumprindo o seu papel transformador da realidade. Essa transformação observada por Naná Medina vai ao encontro de uma teoria conhecida como “Política dos 'Rs'” para redução dos RSUs. Inicialmente conhecida como “Política dos 3 Rs” (reduzir, reutilizar, reciclar), hoje a esse conceito já foram incluídos mais dois “Rs”: refletir e recusar. Essa política pode ser explicitada da seguinte forma, de acordo com a publicação “Como cuidar do seu meio ambiente”:

- uma profunda reflexão sobre o que nos é realmente necessário;
- coragem de recusar o consumo dos produtos desnecessários ou

supérfluos;

- ponderação para reduzir o consumo dos produtos considerados necessários;
- decisão de reutilizar embalagens e outros produtos, renovando seus usos tanto quanto possível, aumentando sua vida útil e retardando seu descarte;
- iniciativa de encaminhar todos os produtos utilizados e quando possível, reutilizados, para a reciclagem.

Édis Milaré, ex-secretário do meio ambiente do estado de São Paulo, defende que a mudança do tratamento dado pela sociedade ao seu lixo pode ser encarada como uma “verdadeira revolução cultural”, ética e consciente. E a educação ambiental é uma ação fundamental. “Sem dúvida, o imperativo legal é necessário, às vezes indispensável. Mas, há também outro imperativo que deve comandar-nos nas soluções individuais e coletivas para os problemas do lixo, sejam eles graves ou leves, cotidianos ou ocasionais: é o imperativo ético, ou seja, a consciência de nossa responsabilidade (pessoal e social) com referência à geração e ao destino do lixo. Sem dúvida, a educação ambiental tem papel importantíssimo nesse assunto.” Esse exercício de pensamento nos leva a defender a opinião de Francisco Luiz Rodrigues e Vilma Maria Cavinatto de que o conceito que temos de “lixo” pode ser evoluído para “coisas que podem ser úteis e aproveitáveis pelo homem”.

Conclusão

Ações práticas e teóricas de

educação ambiental devem estar no nosso dia-a-dia em casa, no trabalho, nas ruas da cidade e na escola. Podemos aumentar nossa consciência cidadã se mudarmos o foco de como enxergamos a natureza: não podemos agir como se o meio ambiente fosse uma parte integrante da agricultura, da economia ou da engenharia, por exemplo; ao contrário, a agricultura, a economia e a engenharia é que têm que ser pensadas como partes integrantes do meio ambiente.

Embora este texto não tenha tido a pretensão de esgotar o tema, pois sabemos que é amplo, multidisciplinar e pode ser teorizado e praticado sob enfoques diversos, temos a convicção de que a educação ambiental é um nobre caminho para alcançar e manter a sustentabilidade e a vida do homem, dos ecossistemas e do planeta.

É na Terra que vivemos e tiramos nossos alimentos. Mantê-la viva e saudável é nossa responsabilidade.

Referências bibliográficas

A ÁGUA, as florestas e as cidades. A importância das áreas florestais protegidas para suprimentos de águas. Resumo em português do documento feito por DUDLEY, N.; STOLTON, S. Running pure: the importance of forest protected areas to drinking water. A research report for the World Bank / WWF Alliance for Forest Conservation and Sustainable Use. World Bank-

WWF, august. 2003.

AGÊNCIA BRASIL. Anvisa prorroga prazo de normas para lixo hospitalar. Disponível

em: <<http://noticias.correioweb.com.br/ultima.htm?ultima=55453>>

BROWN, L. O mundo está criando uma economia de bolha alimentar baseada no uso insustentável da água. EPI-UMA. Cadernos de Seguro, n. 118. Caderno Especial Agricultura. Rio de Janeiro: Funenseg, mai. 2003.

BRUNI, D. C. Riqueza adormecida. Eco 21, v. 11, n. 58. Rio de Janeiro: Tricontinental Ed. Andina Cultural, set. 2001.

CAPRA, F. Alfabetização ecológica: o desafio para a educação do século 21. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). Meio ambiente no século 21. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CENTER FOR ECOLITERACY. Disponível em: <www.ecoliteracy.org>.

COMISSÃO Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU). Nosso futuro comum. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getulio Vargas, 1991.

Como cuidar do seu meio ambiente. São Paulo: BEI, 2002. (Coleção Entenda e Aprenda).

COMPROMISSO Empresarial para Reciclagem - Cempre. Disponível em: <www.cempre.org.br>.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS, 2001.

HESSEL TEICH, D. Vai valer mais que

petróleo. Consumo excessivo, poluição e crescimento da população mundial ameaçam esgotar as reservas de água doce do planeta. Veja. São Paulo: Ed. Abril, 18 set. 2002.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br>

INFOAGUA. Disponível em <www.infoagua.org>.

INSTITUTO Ambiental Biosfera. Disponível em <www.biosfera.org.br>

KAN, E.; STREIFF, T. et al. Qualidade da água. O fator água. Zurique: Swiss Re, 2002.

MILARÉ, É. Que lixo esperamos para este novo século? Ambiental Lixo Zero. Disponível em: <<http://www.lixozero.com.br/artigo4.htm>>.

MODÉ, G.; DEAK, A. Ouro líquido. Reservas do mundo estão na mira do capital privado. Problemas Brasileiros, n. 358. São Paulo: Conselhos Regionais do SESC, jul./ago. 2003.

NOBRE, M.; AMAZONAS, M. de C. Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito. Brasília: Edições Ibama, 2002.

PHILIPPI JUNIOR, A.; PELICIONI, M. C. F. Alguns pressupostos da educação ambiental. Educação ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos. São Paulo: Signus Editora, 2000.

POPULATION DIVISION. Department of International Economics and Social Affairs. Population newsletter. n. 75. New York: United Nations Secretariat, June 2003. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/population/publi>>

cations/popnews/Newsletter_No.75.pdf
>.

RECICLAGEM.NET. Portal da reciclagem e do meio ambiente.

Disponível em:

<www.compam.com.br>.

RODRIGUES, F. L.; CAVINATTO, V. M. Lixo – de onde vem? para onde vai? 3ª ed. São Paulo: Ed. Moderna, 1997. (Coleções Desafios).

SECRETARIA de Estado do Meio Ambiente de São Paulo. Washington Novaes alerta para o problema do lixo no mundo. Disponível em:

http://www.ambiente.sp.gov.br/destaque/301003_wnovaes.htm>

SOUSA SILVA, M. L. de. A fundamental educação ambiental para a sustentabilidade. *Jornal do Meio Ambiente*, versão on line, 1 mar. 2004. Disponível em:

www.jornaldomeioambiente.com.br/JMA-index_noticias.asp?id=3566

TEIXEIRA, A. C. O que nós 'temos a ver'. *Caderno do Editor. Cadernos de Seguro*. ed. n. 112. Rio de Janeiro: Funenseg, mai. 2002.

_____. Lixo ou rejeitos reaproveitáveis? *Eco 21*, v. 14, n. 87. Rio de Janeiro: Tricontinental Editora, fev. 2004.

1 Dados do Censo 2000: quantidade diária de lixo coletado, segundo as Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas e Municípios das Capitais. Numa conta simples, esse valor chegaria a mais de 83,370 milhões de toneladas

anuais. Entretanto, pesquisadores como o jornalista Washington Novaes – ex-secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal e autor da série de documentários “Ciclo do Lixo”, que o levou a pesquisar sobre o tema em várias cidades brasileiras e em diversos países – estimam que a quantidade diária produzida de lixo no Brasil esteja entre 125 e 130 mil toneladas, o que daria algo perto de 45 milhões de toneladas por ano.

2 Composição percentual média do lixo brasileiro em peso. Fonte Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), 1997 apud OLIVEIRA, Luciano Basto. *Aproveitamento energético de resíduos sólidos urbanos e abatimento de emissões de gases do efeito estufa*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2000.

Antônio Carlos Teixeira é Jornalista, pós-graduado em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), presidente do Instituto TerraGaia de Comunicação e Educação Ambiental, coordenador e co-autor do livro “A questão ambiental – desenvolvimento e sustentabilidade”. Contato: terragaia@globocom

Artigo publicado na *Revista Brasileira de EA*. Brasília, 2007, n°2.

O Sistema Nacional de Educação Ambiental - SISNEA

O Sistema Nacional de Educação Ambiental (SisNEA) surgiu para organizar as inúmeras iniciativas, instâncias e eixos de ações que são desenvolvidas no campo da educação ambiental no Brasil. O objetivo é possibilitar às pessoas que atuam no campo da EA maior facilidade para identificar formas de recorrer a outros atores e parceiros, além de encaminhar demandas e reivindicações para viabilizar e repercutir sua ação cotidiana.

É importante que dentro do SisNEA os educadores saibam, por exemplo, como ter acesso a financiamentos, quais são as portas de entrada – se são via FNMA (Fundo Nacional de Meio Ambiente) ou via FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) ou se há fundos nacionais e municipais (...) e, ainda, como os fundos dialogam entre si. É importante também saber como as redes de EA influenciam, monitoram e fazem o controle social do financiamento para EA.

Essa é a perspectiva de se enunciar um sistema e possibilitar a cada cidadão(ã) a ter o controle social deste sistema que se materializa a partir do debate que se inicia com a formulação da proposta. O Órgão Gestor da Política Nacional da Educação Ambiental (PNEA) passou quase dois anos

discutindo internamente para, num segundo momento, ser enunciado publicamente possibilitando discuti-lo junto a gestores de EA de secretarias estaduais de Meio Ambiente e da Educação, representantes da sociedade civil nas CIEAs (Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental) e nas redes, e no encontro ocorrido na cidade de Salvador, em julho de 2007. Dessa forma, o SisNEA foi posto à consulta pública.

A partir de eventos como a Conferência Nacional do Meio Ambiente, ocorrida em maio deste ano, teve-se a oportunidade de aprofundar este debate visando a possibilidade de se ter, ao final de 2008, condições de incluir a proposta do SisNEA na Política Nacional de EA – PNEA. Há um debate hoje dentro do Órgão Gestor de se transformar o ProNEA (Programa Nacional de Educação Ambiental) num programa instituído por Lei, para que a PNEA, o ProNEA e também o SisNEA se institucionalizem como um pacto da sociedade brasileira que periodicamente deva ser revisto.

O SisNEA é uma forma de pensar a sustentabilidade da EA no Brasil. É preciso cumprir esta obrigação de permanência, de continuidade, de articulação, para não começar a cada ano do zero. O SisNEA é uma

oportunidade de se somar os acúmulos que a sociedade brasileira tem há mais de 40 anos e uma EA que já não se contenta mais em ser uma educação nacional, mas que tem que ser uma EA planetária; um acordo entre educadores e ambientalistas de todos os tipos e qualidades dispersos por todo o planeta, no sentido de uma educação capaz de fazer frente aos grandes desafios socioambientais planetários, capaz de potencializar e empoderar indivíduos e grupos sociais, no sentido de reverter este processo de degradação; no sentido de construir uma nova forma de ser e estar dos humanos no planeta.

O SisNEA significa, no âmbito nacional, a demonstração de que queremos fazer frente com outros países e nações que também querem caminhar na mesma direção, que não se contentam com a discussão de mudança de nome de Educação Ambiental para Educação para o Desenvolvimento Sustentável, que não se contentam com o pragmatismo que vai se tornando hegemônico no campo da EA, que diz que devemos criar uma disciplina dentro das escolas ou que diz que precisamos de números em EA. Certamente precisamos de números, certamente precisamos ganhar em escala, em termos das ações da EA. Mas não ganhar em escalas pra inglês ver, em escala com números que demonstram quantidade e não qualidade. E, sim, que demonstrem radicalidade de processos educadores comprometidos com transformações profundas no modo de ser e estar dos humanos, transformações que

resgatem os compromissos espirituais que animam a história da humanidade, de aprimoramento do ser humano, em torno de questões básicas que a gente aprende nos bancos escolares como falar a verdade, ser honesto, cooperativo, solidário. Esta EA precisa de visibilidade. Esta EA é que vai transformar este panorama de degradação do meio ambiente”.

Se nos contentarmos com a EA de números, uma EA pragmática, que talvez caminhe na direção de uma vertente autoritária, que diz que precisamos educar as pessoas, precisamos conscientizar as pessoas para elas não jogarem lixo no chão, e aí se faz um programa de estímulo e reforço para que não joguem mais papel no chão, para que as pessoas plantem uma árvore no final de semana (...) talvez a gente até consiga alguns avanços, mas eles não significam aquilo que é mais profundo no campo da EA: a emancipação humana, que é o compromisso, o engajamento de cada pessoa com a melhoria das relações humanas, com a melhoria da sua forma de ser e estar no planeta. O SisNEA é uma 'pedrinha' nesse processo.

Os educadores, em geral, podem fazer do SisNEA um espaço para o debate, um momento de estruturação das ações que já estão realizando. Podem refletir sobre esta educação ambiental de corpo inteiro. Ao debatermos o SisNEA, pensemos também na fundamentação da nossa ação, do nosso fazer educacional relacionado à questão ambiental. Não

podemos nos contentar com a discussão do operacional - como vamos conseguir dinheiro, como vamos escrever projeto, como vamos aprender a prestar contas, como vamos implementar estruturas educadoras. Tudo isso é muito importante, mas precisamos nos fundamentar numa discussão filosófica sobre para onde queremos caminhar, o que significa cada um dos temas que estão no debate nacional e internacional. A discussão da transposição do São Francisco não é simplesmente para dividir opiniões, sou a favor ou sou contra, mas é para compreender com profundidade o que leva um homem como o Frei Cappio a fazer greve de fome, e dedicar sua vida à luta contra a transposição do rio São Francisco. Qual é este campo de embate que existe entre os proponentes de um modelo de desenvolvimento que gere trabalho e renda e os proponentes de um modelo que esteja pautado pela conservação dos biomas, pela conservação dos sistemas naturais. Todos estes elementos que estão na mesa precisam ser aprofundados à luz das nossas buscas mais profundas, relacionadas à felicidade humana, relacionadas ao nosso progresso material, ao nosso progresso espiritual.

É difícil a gente encarar o debate do SisNEA apenas como um debate burocrático, legislativo, sobre que componentes devem estar ali dentro. Devemos aproveitar a oportunidade do debate nacional para trazer para o campo da política pública as questões mais profundas e individuais que normalmente a gente não leva para o

debate, mas que com este desafio do SisNEA talvez haja esta oportunidade.

Texto adaptado da entrevista com o prof. Marcos Sorrentino concedida à técnica Semíramis Biasoli, do DEA-MMA, em dezembro de 2007, em Brasília, junto a oficina de avaliação e planejamento do Departamento. O vídeo/entrevista pode ser visto no blog <http://SisNEA.blogspot.com>.

Para participar da consulta ao SisNEA, cada coletivo, grupo ou organização deve acessar o material disponível no sítio www.mma.gov.br/ea.

Venha para o



EA

**Sistema Brasileiro de
Informação em
Educação Ambiental**

<http://sibea.mma.gov.br>

O Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental constitui-se num centro de referência virtual que disponibiliza informações em Educação Ambiental gerando indicadores e relatórios. É um projeto do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental desenvolvido em parceria com redes e instituições governamentais e não-governamentais que atuam em EA.

O SIBEA procura responder as seguintes questões:

- Quem atua em Educação Ambiental (EA)?
- Quais são os temas que estão sendo pesquisados em EA?
- Quais são as ações em andamento no contexto de EA?
- Onde buscar infra-estrutura para minhas atividades?
- Onde obter material pedagógico?
- Quem integra as redes de EA?
- Como localizar o Educador Ambiental Popular?
- Quais são as equipes de trabalho do Educador Ambiental Popular?
- Como está a EA no Brasil?



Ministério
da Educação

Ministério do
Meio Ambiente



ESTRUTURAS E ESPAÇOS EDUCADORES: Quando espaços e estruturas se tornam educadores

por José Matarezi

“...É sempre bom lembrar
Que um copo vazio
Está cheio de ar
Que o ar no copo
Ocupa o lugar do vinho
Que o vinho busca ocupar o lugar
Da dor
Que a dor ocupa a metade
Da verdade
A verdadeira natureza interior
Uma metade cheia
Uma metade vazia
Uma metade tristeza
Uma metade alegria
A magia da verdade inteira
Todo poderoso amor
É sempre bom lembrar
Que um copo vazio
Está cheio de ar”
Gilberto Gil

Abrindo e criando espaços para o diálogo...

As estruturas e os espaços educam? Podem os espaços e as estruturas se tornarem educadores? O que é preciso para isso? Neste texto busco respostas que estão longe de serem conclusivas, pois no atual estágio das reflexões e elaborações teóricas é natural se ter mais dúvidas e perguntas do que respostas e certezas. O que me proponho é compartilhar algumas reflexões sobre como e quando um determinado espaço e/ou estrutura se torna educador/educadora. Em especial

a partir do experimento educacional na transdisciplinar *Trilha da Vida: (Re)Descobrimo a Natureza com os Sentidos*.¹

Espaço e Esperança: uma origem em comum

Para estes propósitos e com especial significado para os sentidos da Educação Ambiental Crítica, gostaria de ressaltar a associação entre as palavras “espaço” e “esperança”. Isto por entender que todo ato educativo, todo processo de ensino-aprendizagem, toda relação pedagógica, todo sentir pensar, toda construção de conhecimento, todo religar com a natureza e cultura traz em si uma desejada esperança e ocupa um determinado espaço, num lugar num dado momento de nossa história de vida, tornando-se uma utopia concretizável. Um certo “vir a ser”, “esperar” por algo associado com “desdobrar”, “crescer”, “florescer”, “concretizar”, “(trans)formar”, “participar”, “pertencer”, “comunicar”, “aprender”, “educar”, “emancipar”, “libertar”. Segundo Manoel Whitaker Salles (2002, págs 93-94):

“Ter esperança, claro, é “esperar” por algo. A palavra nasce no substantivo latino spes, “esperança”, através do verbo sperare, que já tinha o mesmo sentido do nosso próprio “esperar”. A idéia está na raiz indo-européia spe-, “desdobrar”, “crescer”, “florescer”, que também

originou próspero (do latim prosper; pro+spero, “acontecido como esperado”, “bem-sucedido”) e o inglês speed, “velocidade”. A esperança é um sentimento que cresce e se desdobra, infinitamente, à frente de quem a experimenta. É um esperar movimentado, não estacionado: um movimento de alma” (grifo meu). Pois então, etimologicamente, a esperança é um espaço mental – ou sentimental. O fato é que as palavras esperança e espaço² têm muito a ver uma com a outra; esta última vem do latim spatium, que nasce provavelmente daquela mesma raiz spe-, pois o que cresce e se desdobra ocupa evidentemente um espaço, “criando-o” idealmente.”

Eu acrescentaria transformando-o utopicamente. E quem de nós educadoras/es ambientais não somos, por natureza e princípio, esperançosos, utópicos e humanamente apaixonados pela possibilidade de um mundo sustentável, em paz? Um mundo de pessoas solidariamente felizes. Um mundo repleto de pessoas capazes de lidar com a cooperação e o conflito³ como complementares.

Entendo que os termos “estruturas” e “espaços educadores” são recentes e surgem para abarcar algumas das dimensões pertinentes à Educação Ambiental crítica, popular, transformadora e emancipatória.⁴ No Programa Municípios Educadores Sustentáveis (MES), do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2005), os “espaços educadores são aqueles capazes de demonstrar alternativas viáveis para a sustentabilidade, estimulando as pessoas a desejarem realizar ações conjuntas em prol da coletividade e reconhecerem a necessidade de se educarem, neste sentido”.

Assim, fica evidente que os esforços para inserção da Educação Ambiental⁵, em todos os níveis e esferas da sociedade, devem ocorrer também na perspectiva de que os espaços e/ou estruturas, com as quais convivemos e interagimos cotidianamente, sejam dotados de características educadoras e emancipatórias, que contenham em si o potencial de provocar descobertas e reflexões, individuais e coletivas simultaneamente, a exemplo do poder provocador e até transformador de uma obra de arte.

Mas como estes espaços e estruturas se tornam “educadores”, repletos de esperança, de utopias concretizáveis? O que é preciso para isto? O que a Trilha da Vida e a Educação Ambiental têm a nos ensinar sobre isto? Como podemos perceber e revelar os diferentes níveis de realidades a partir de um mesmo espaço/lugar? Como explicitar/manejar, nestes espaços e estruturas, os pilares de regulação e emancipação⁶ que movem as sociedades?

Metodologia

Já está bem disseminada a idéia de que a nossa formação e educação se processam nos diversos espaços e lugares de nossa vida cotidiana, pois aprendemos ao longo de toda a vida. Situamo-nos no espaço e no tempo de forma vivencial, interagindo, convivendo, interpretando, aprendendo e construindo conhecimento nas inter-relações com as pessoas e os ambientes (natural e construído). Assim

posso considerar que todo espaço e/ou estrutura traz em si características educativas, mas não necessariamente se constitui num espaço e/ou estrutura educadora, é preciso haver intencionalidade educadora, ou seja, intenção a propiciar-se aprendizagem aos nossos interlocutores.

Aqui precisamos nos deter sobre a questão das características desta aprendizagem que desejamos suscitar. Pode ser a de que o outro aprenda tudo (ou quase tudo) o que vou ensinar-lhe, ou pode ser a de que ele incremente a sua capacidade de aprendizagem partindo de sua peculiar trajetória de vida e seguimento na(s) direção(ões) que os seus aprendizados vão lhe propiciando optar.

Peguemos o exemplo de uma faixa de pedestre. Pode ser apenas pintura no asfalto, provocando aleatoriamente reações diversas nos usuários daquele espaço desde questionamentos estéticos, até reflexões sobre a importância do respeito ao pedestre e sobre as leis de trânsito, passando pelas reclamações dos motoristas que precisem se deter (perder tempo) diante de pedestres que a utilizam! Podem ser também objeto de um programa de ensino sobre direitos e deveres no trânsito, cidadania, legislação, fiscalização e punições para infratores. Mas pode ainda ser um espaço que propicia aprendizados sobre o respeito à VIDA; a atenção ao próximo; o cuidado com o mais fraco no momento que estou mais potente e poderoso; o respeito às distintas condições de existência e a

compreensão da diversidade de situações e olhares sobre um encontro.

Certamente questões como identidade e alteridade; pertencimento e complexidade; participação e controle social, farão parte dos debates entre os educadores que desejam utilizar a faixa de pedestres como estrutura educadora. Propiciar o debate destes conceitos e/ou a interiorização destes valores/comportamentos/conhecimentos, pode ser a intencionalidade educadora daqueles que pensam as faixas de pedestres para além de uma obrigação legal ou um mecanismo para enfrentar as dramáticas estatísticas da violência no trânsito. Desenhar processos educadores que propiciem a emergência destes e de outros conceitos/termos/questões vai ser obra e arte de cada grupo e tanto mais o processo terá potencialidade de ser educador quanto mais ele for participativo e transparente, enunciando claramente os seus objetivos e intenções e possibilitando a todos e a qualquer um, acesso a sua problematização e aprimoramento racional.

Educação Ambiental: provocando 'buracos' para a gente preencher...

A frase/conceito, "a Trilha da Vida provoca um monte de buracos pra gente preencher",⁷ extraída de um dos relatos do coletivo de jovens que vivenciaram o experimento educacional Trilha da Vida no V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, permite evidenciar o

potencial educador a partir de vivências significativas e provocadoras de descobertas. Este provocar “buracos”, “espaços”, “vazios” para as pessoas preencherem contém um forte simbolismo e significações esclarecedoras. Ainda mais quando esta idéia-chave emerge no contexto de um evento nacional de Educação Ambiental que teve como lema “o meio ambiente começa no meio da gente”. Pode-se depreender daí dois tipos de espaços/movimentos. Um interior e outro exterior cujas delimitações/dimensões são relativizadas de acordo com os diferentes sentidos e significados que cada um atribui, mas que certamente está condicionado não apenas ao nosso corpo, autoconsciência, subjetividade e identidade (o “eu interior”), mas também às estruturas e espaços que constituem a sociedade e o lugar onde vivemos. Assim posso considerar que o “meio ambiente” e a Educação Ambiental começam dentro de mim e também dentro de nós enquanto coletivo, grupo, movimento, sociedade. Onde há espaços a preencher e transformar e/ou onde é preciso criar o próprio espaço de ação e transformação capazes de preencher o vazio social externo e o vazio pessoal interno. Lembrando que espaço está associado a esperança que é um movimento de alma.

Educação Ambiental em Espaços Escolares: a vida como escola

Existem espaços e estruturas que são reconhecidamente próprios da educação como a sala de aula e a

escola, por exemplo. São chamados espaços escolares, constituídos historicamente. Via de regra, as escolas constituem espaços padronizados em quase todos os lugares, cujas formas e estruturas foram pensadas para atender determinadas funções e objetivos pedagógicos, muitas vezes de disciplina, reclusão, proteção, controle e vigilância, portanto, de regulação e não necessariamente de emancipação. Durante a elaboração das diretrizes municipais de educação ambiental do município de Itajaí (SC),⁸ juntamente com professores e professoras municipais, levantou-se as questões: “Até que ponto as escolas poderão abrir espaço para as atividades transdisciplinares, tão necessárias e tão rupturantes? Estará a escola preparada para a Educação Ambiental?” Fica explícito nestas questões as diferentes formas de espacialização da Educação Ambiental e o quanto é desafiador a sua efetivação enquanto teoria e prática transdisciplinar.⁹

É quase impossível se falar ou pensar a educação escolar sem associar imediatamente a imagem de uma sala de aula. E uma sala de aula dificilmente difere ou muda de uma escola para outra, de uma série para outra, seja onde for. É sempre uma sala quadrada ou retangular, com janelas, uma porta, um quadro negro, a mesa da professora e cerca de 30 a 40 carteiras enfileiradas para os alunos e alunas. O que pode mudar são as representações, a postura e atitude dos educadores e educadoras frente a “sala de aula”. Como educador ambiental é instigante a

idéia de mexer nas estruturas e espaços desta “sala de aula” e construir uma nova ambientação que provoque os corpos, emoções e mentes a terem novas sensações e descobertas. Ou seja, mexer nestas estruturas e espaços para ampliar as possibilidades de inserção da Educação Ambiental.

Foi com a Trilha da Vida móvel que ousamos transformar uma “sala de aula” numa Floresta Atlântica com toda a sua diversidade biológica e cultural, como uma grande instalação de arte a ser explorada e vivenciada com todos os sentidos, excetuando-se temporariamente a visão. A “sala de aula” continuou quadrada/retangular com uma porta de entrada, mas com um universo de possibilidades, uma concretude interna, vários níveis de realidades, diversidade de leituras, descobertas, aprendizados, compreensões e interpretações.¹⁰ Vista de fora não revela o mundo interior a ser explorado, sentido, descoberto, percebido, refletido, interpretado e representado por quem se dispuser a interagir com este novo espaço e estruturas educadoras. As vivências ocorrem em grupos que geram narrativas. Estas narrativas faladas, quando emergem no grupo, são tematizações que refletem e revelam uma série de vivências, informações, conceitos e teorias que cada pessoa traz consigo e que normalmente são diferentes dos demais integrantes do grupo. Com este experimento educacional transdisciplinar, aparentemente simples, consegue-se

operacionalizar rupturas paradigmáticas essenciais para a efetivação da Educação Ambiental crítica em espaços escolarizados.

Seja como for, no contexto da Trilha da Vida tal espaço/estrutura para se tornar educador/educadora, portanto assumidos como experimento educacional, precisa conter as essencialidades e miniaturas¹¹ capazes de provocar, nas pessoas com as quais se relaciona/interage, uma série de eventos heurísticos,¹² eventos de descoberta. Cleusa Peralta (2002, p. 12), traz a sistematização de Wilhelm Walgenbach,¹³ que conceitua miniatura como um objeto ou um conjunto de elementos que, juntos, formam uma idéia-chave a ser vivenciada, simulada ou desenvolvida pelo grupo. Assim uma miniatura pode ser um ambiente, um cenário, ou um caminho a ser trilhado, que contém uma idéia-chave, que contém uma metáfora, uma provocação capaz de gerar descobertas (eureka). Para Peralta, os sujeitos sempre se tornam protagonistas do ato pedagógico, provocado por experiências estéticas. São essas provocações – os experimentos – que estimulam os educandos a refletirem sobre suas próprias teorias e vivências anteriores.

Para Walgenbach (2000), os experimentos educacionais são, ainda, dinâmicas de trabalho em grupo, desenvolvidas com o objetivo de promover uma pesquisa no campo teórico da educação.

Avaliação a partir do Conceito

Na busca de indicadores e parâmetros de avaliação pode-se valer de aspectos qualitativos próprios da Educação Ambiental Crítica conforme apontado por Carlos Frederico B. Loureiro nesta publicação. Sendo que os mapas mentais e as narrativas geradas pelas vivências dos grupos são excelentes materiais e formas não apenas de avaliação mas também para aprofundamento e sistematização do próprio grupo. Se forem grupos com forte identidade comunitária associada ao bairro/escola ou mesmo parque/unidade de conservação, pode-se valer ainda das histórias de vida (pessoal, coletiva e do lugar onde se vive) que afloram facilmente nos diálogos em grupo. Criatividade e Aprender Fazendo em coletivo (observação-registro-reflexão-ação) são indicadores importantes para a configuração dos espaços e/ou estruturas educadoras.

Sugestão de Atividades

A Trilha da Vida enquanto experimento educacional transdisciplinar: o labirinto...

Essencialmente este programa propõe aos seus participantes uma caminhada com os olhos vendados e descalços por uma trilha cuidadosamente elaborada visando uma vivência de (re)descoberta da natureza. Outras etapas precedem e sucedem esta caminhada às cegas, que é constantemente monitorada por

componentes da equipe de trabalho. Ao todo a vivência estrutura-se em torno de quatro grandes etapas: o momento inicial onde é feita uma dinâmica de recepção ao grupo, explanando sobre as características socioambientais do local e onde são compartilhadas informações e orientações sobre a vivência; o momento da caminhada individual dentro da trilha com os olhos vendados e descalços, o momento da confecção dos mapas cognitivos (mapas mentais) e o momento final do relato em grupo. A partir dos relatos (narrativas) das vivências individuais e apresentação dos mapas cognitivos, propicia-se um diálogo/conversa e reflexão em grupo, compartilhando-se as descobertas e experiências vividas. Neste momento constitui-se a “comunidade transdisciplinar” de aprendizagem, possibilitando a construção de conhecimento, tanto individual como coletivo em diversos níveis (lógico racional, intuitivo, simbólico, metafórico, teórico, teóricico). Estas narrativas são registradas para aprofundamento do grupo em atividades de pesquisa do próprio grupo. A Trilha da Vida pode ser visitada por diferentes públicos, desde crianças até idosos, incluindo portadores de necessidades especiais, sendo que as pessoas com visão utilizam vendas.

A trilha da vida pode ser fixa ou móvel. A vivência na trilha fixa propicia um deslocamento no espaço e no tempo aos participantes de diferentes localidades que se dispõem a viajar até o Ribeirão da Ilha (Florianópolis,

SC), no Parque Natural das Pedras Vivas. Este deslocamento é fundamental para que as vivências se tornem significativas, pois colocam as pessoas em contato com outras realidades além do seu cotidiano, de estranhamento diante do “outro”, constituindo-se numa característica marcante dos Experimentos Educacionais Transdisciplinares. Neste caso, as pessoas viajam/se deslocam em busca do contato com a Mata Atlântica e ecossistemas costeiros do sul da Ilha de Santa Catarina.

A segunda consiste na simulação de um ambiente natural de Floresta Atlântica ou outro Bioma Brasileiro dentro de escolas, parques ou eventos. Esta trilha móvel é montada dentro de salas de aula ou ao ar livre (dependendo das condições climáticas e infraestrutura local), utilizando-se de uma série de elementos naturais e culturais. Aqui se inverte a condição inicial das pessoas se deslocarem ao encontro da “Floresta”, sendo que, agora é a “Floresta” que se desloca até o encontro dos grupos de pessoas. Outro ponto inovador é o fato de se levar para a sala de aula e até ao encontro das pessoas a complexidade e diversidade cultural e ambiental peculiar da Floresta Atlântica ou do bioma da região, juntamente com toda a evolução histórica da humanidade. A trilha “móvel” como é comumente chamada, possui muitas limitações, especialmente quanto às condições para montagem (espaço e tempo), número limitado de pessoas atendidas e ausência de tempo para continuidade do processo que envolve a

vivência na Trilha da Vida. Por isso é que se está priorizando a difusão da metodologia mediante a implementação de uma Rede de Núcleos Disseminadores,¹⁴ visto que a sua montagem e funcionamento exigem um árduo trabalho em equipe habilitada e com conhecimento e vivência neste processo/procedimento.

Em ambos os contextos, a montagem da Trilha da Vida se assemelha a uma grande instalação de arte com inúmeras miniaturas provocadoras de eventos heurísticos, caracterizando um grande “labirinto” a ser percorrido, desvendado e desvelado, conforme evidencia os seguintes relatos:

Quando eu entrei tive uma sensação de medo, de labirinto... a gente sempre tem medo de entrar numa situação quando a gente não tem domínio e não conhece a dimensão da coisa, aí eu coloquei assim a trilha e aqui assim... as primeiras formas redondas e depois as outras formas quadradas... pontiagudas que a gente vai vendo também na evolução que a gente se percebe no homem, na história da humanidade e também a evolução da forma...

...tinha umas horas que ficava meio perdido, dava umas inseguranças... ficava meio enrolado... parava, pensava bem... aquela árvore grandona... nossa abracei, me deu uma segurança. .me deu uma firmeza de continuar legal...

...o fato de ter esses elementos culturais e históricos numa conexão, permite fazer uma síntese do que agente pode chamar de vida, mas teve alguns momentos em que não tinha instrução, que eu achei que são importantes também, como aquele momento em que o caminho se divide, e provavelmente se eu não tivesse a experiência anterior eu iria ficar ali

alguns minutos, me decidindo eu tomei a decisão bem rápido, que basicamente eu fui me influenciando pelo o que os outros relataram que foi o barulho dos pássaros, mas, enfim, mas a frente tinha um nó, eu identifico como se fosse um nó, nó no sentido simbólico, tinha ali umas pedras, e eu senti um pouco perdido, enrolado...

...eu acho que a trilha ela permite essas pequenas descobertas, né, de que encontrar outro ser, eu acho que é muito interessante muito sintético, eu acho que resume mesmo o sentido, apesar das limitações do lugar eu acho que faz jus ao nome trilha da vida, e é isso. ...que vontade de criar raízes então essa também foi a minha vontade, de criar raízes...

Na Trilha da Vida a estratégia de eliminar temporariamente a visão dos participantes (utilizando uma venda) foi a forma encontrada para colocar o sujeito e o coletivo em situação de estranhamento, de desconhecimento e de despertar os demais sentidos que estão via de regra adormecidos, anestesiados. É fato comprovado que ao perdemos um dos sentidos, os demais acabam sendo estimulados, utilizados, potencializados e valorizados de forma diferenciada. Para isso basta um simples exercício de caminhada com os olhos fechados. Você pode fazer esta experiência em qualquer espaço conhecido, sendo que é prudente poder contar com a ajuda de alguém para lhe cuidar/guiar com segurança.

A proposta da Trilha da Vida não é conceituar de fora, mas fazer brotar de dentro.¹⁵ Não é definir conceitos mas vivenciá-los todos, percebê-los, significá-los. A contribuição da Trilha da Vida é propiciar a vivência, a experimentação concreta e sensível de todos estes princípios e conceitos

elencados como chaves para uma Educação Ambiental crítica, popular, emancipatória e transformadora.

O que torna um espaço vazio cheio de significados e aprendizados é a qualidade e função das relações que mantenho com este espaço e com suas estruturas. São as mediações, vivências, interpretações, representações, significações, reflexões e ações que faço neste/deste espaço/lugar, nestas/destas estruturas e relações. São os objetivos pedagógicos que, intencionais ou não, estabeleço nos múltiplos cotidianos em que vivo. Assim dois movimentos são possíveis e coexistem: um que parte de mim e outro que parte dos espaços e estruturas com as quais convivo. Portanto influencio neste espaço/estrutura e sou influenciado por ele. Movimento e sou movimentado por ele. Pois, é sempre bom lembrar que um espaço vazio pode estar cheio de ar, de esperanças, possibilidades, descobertas, aprendizados, vida.

Aprofundamento

Quanto às relações históricas entre sociedade e natureza, vale a pena ler O Buraco Branco no Tempo¹⁶ de Peter Russel (1992), a trilogia Ismael, Meu Ismael e A História de B de Daniel Quinn (1998, 1999, 2000), Ecologia Humana, Ética e Educação: a mensagem de Pierre Dansereau organizado por Paulo Freire Vieira e Mauricio Andrés Ribeiro (1999) e Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária de Mauro Grün (1996).

A respeito da Educação do Sensível e Experimentos Educacionais, destaco as contribuições recentes de pesquisadores, educadores e arte-educadores como:

João-Francisco Duarte Jr, autor do livro “O Sentido dos Sentidos: a educação (do) sensível” (Editora Criar, 2001) Wilhelm Walgenbach (1996, 2000); Cleusa Helena Guaita Peralta (2002) e Nara Crizel Marone (2000), os quais apontam caminhos para este despertar coletivo dos sentidos através da educação estética e experimentos educacionais associados a educação ambiental e que ajudam a fundamentar a Trilha da Vida.

Sobre “espaços educadores”, sugiro os livros:

ALVES, N.; SGARBI, P. Espaços e imagens na escola. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRANDÃO, C.R. Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o Município Educador Sustentável. Programa Nacional de Educação Ambiental. Brasília: MMA, 2005. 180 p.

GADOTTI, M.; PADILHA, P.R.; CABEZUDO, A. Cidade educadora: princípios e experiências. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire. Buenos Aires: Ciudades Educadoras America Latina, 2004.

VILELA, M. dos A. (Org.). Tempos e espaços de formação. Chapecó: Argos, 2003. 240 p.

Especificamente sobre a “Trilha da Vida”:

ACAUAN, R.C. COLUVI: conhecendo o lugar onde vivo. Monografia (Curso de Oceanografia) – CTTMar, UNIVALI. 2003.

MATAREZI, J.; BONILHA, L.E.C.; MENTGES T. A educação ambiental comunitária no litoral brasileiro e o papel da universidade. In: VIEIRA, P.F. (Org.). Conservação da diversidade biológica e cultural em zonas costeiras: enfoques e experiências na América Latina e no Caribe. Florianópolis: APED, 2003. 528 p.

TRILHA da vida: (re)descobrimo a natureza com os sentidos. Revista de Educação Ambiental da FURG. Ambiente & Educação, v. 5/6, p. 55-67, 2000/2001. Rio Grande, FURG.

SCHMIDT, A.F. Trilha da vida e ambientes de aprendizagem: uma análise na busca de convergências. São Paulo, 2003. Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo - PUC/SP. [Orientação da Prof. Dra. Maria Cândida Moraes].

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

KLAFKI, W. Educação ambiental: considerações básicas sobre um programa de educação ambiental. Ambiente & Educação, Rio Grande, FURG, v. 1, 1996.

MARONE, N.R.C. Espelho: um recorte na grande complexidade – estudo de

uma alternativa transdisciplinar como possibilidade para a formação de professores. Pelotas, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - FaE, UFPel.

MARONE, N.R.C.; PERALTA, C.; WLAGENBACH, W. Projetos de Educação Ambiental na região de Rio Grande, RS. Ambiente & Educação, Revista de Educação Ambiental da FURG, v. 1, p. 13-26, 1996.

MORIN, E.; Le MOIGNE, J.-L. A inteligência da complexidade. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2000.

PERALTA C.H.G. Experimentos Educacionais: Eventos Heurísticos Transdisciplinares em Educação Ambiental. In: RUSCHEINSKY, A. (Org.). Educação ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre, Artmed, 2002.

_____. O conceito utopias concretizáveis – elemento gerador de um programa de educação ambiental centrado na interdisciplinaridade. Rio Grande, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) - FURG.

PINEAU, G. O sentido do sentido. In: NICOLESCU, B. et al. Educação e transdisciplinaridade. Brasília: UNESCO, 2000.

SALLES, M.W. Dentro do dentro: os nomes das coisas. São Paulo: Mercuryo, 2002.

SANTOS, B. de S. A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

WALGENBACH, W. Conceitos Básicos de Educação Ambiental: do Ponto de Vista da Educação Categorical. Considerações Básicas sobre um

Programa de Educação Ambiental. Revista Ambiente & Educação, Fundação Universidade do Rio Grande, RS, v. 1, p. 47-72, 1996.

_____. Interdisziplinäre System - Bildung. Frankfurt: Peter Lang, 2000.

_____. Laboratório do Pensamento Sistemico Interdisciplinar (Modelagem Qualitativa de Sistemas Interdisciplinares). Considerações Básicas sobre um Programa de Educação Ambiental. Revista Ambiente & Educação, Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande, RS, v. 1, p. 131-139, 1996.

Citações

1 Atualmente com dimensões de programa, a Trilha da Vida (re)descobrimo a natureza com os sentidos, surgiu como projeto de EA comunitária e em unidades de conservação. Configura-se como experimento educacional transdisciplinar criado e desenvolvido desde 1997, pelo Laboratório de Educação Ambiental (LEA) do Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar (CTTMar) da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) sempre em parceria com ONG's e instituições de ensino. O Projeto teve inicio pela parceria com a ONG Movimento Verde Mar Vida – MVMV (Florianópolis, SC – 1998 a 2000), juntamente com o projeto “Utopias Concretizáveis Interculturais” da FURG/DLA (Rio Grande, RS), sendo atualmente realizado em parceria com a ONG Voluntários pela Verdade Ambiental (Itajaí, SC), com o CEMESPI/SME/PMI (Itajaí, SC) e com a Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná (FACINOR – Loanda, PR). Entre 1998 e 2000 teve apoio da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza (FBPN).

2 [LATIM *spatium*, “espaço” < RAIZ INDO-EUROPÉIA *spe- “crescer” > LATIM *spes*, “esperança” > *sperare*, “esperar (algo favorável)” > LATIM VULGAR **sperantia*]. Salles, Manoel Whitaker, 2002. Há também uma discussão teórica e histórica entre as ciências sociais e naturais sobre os termos: “meio”, “ambiente”, “meio ambiente”, “território”, “lugar” e “espaço”, sendo considerados em muitos casos como sinônimos, apesar da clara distinção destes termos em especial no campo da geografia.

3 A cooperação e o conflito são entendidos como complementares. Friedberg (1995) utiliza a expressão cooperação conflitiva, Galtung (2003) afirma que um conflito entre duas pessoas significa que existe um laço comum e, se existe uma incompatibilidade, existe também um problema comum e um convite à solução. FRIEDBERG, Erhard. *Organização*. In: BOUDON, Raymond (direção). *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995, pp. 375-412. Galtung, J. *O caminho é a meta: Gandhi hoje*. São Paulo: Palas Athena, 2003.

4 Uma referência a esta perspectiva da Educação Ambiental é o livro “Identidades da Educação Ambiental Brasileira” editado pelo MMA/Brasília, 2004.

5 “Promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” é o que diz o inciso VI do parágrafo 1o. do Artigo 225 da Constituição Federal de 1988. Assim se coloca a missão de pensar democraticamente a Educação Ambiental disseminada em todos os espaços e estruturas da sociedade.

6 Na perspectiva apresentada por Boaventura Souza Santos no livro *Critica da Razão Indolente*, 2000.

7 Foi com esta frase que um dos jovens integrantes da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente (REJUMA) traduziu parte de sua

vivência na Trilha da Vida durante o V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, corrido em Goiânia (GO), no período de 3 a 6 de novembro de 2004.

8 Secretaria Municipal de Educação. Departamento de Ensino fundamental. *Diretrizes Básicas para a Educação da Rede Municipal de Itajaí – Educação Ambiental*. Itajaí: PMI/SED, 2003. 11 Op. II.

9 *er sobre atitude, pesquisa e ação transdisciplinar no texto Transdisciplinaridade de Haydèe Torres de Oliveira*.

10 *Ver referências no exto Hermenêutica e Educação Ambiental: o educador como intérprete de Isabel Cristina Moura Carvalho e Mauro Grün, nesta publicação*.

11 Do latim a palavra *miniatus*, “avermelhado”, passou ao italiano como *miniatura*, significando inicialmente “iluminura”, “pequena obra de arte”, e evoluindo com o tempo para o significado atual: “qualquer coisa representada em ponto pequeno”. Salles, Manoel Whitaker, 2002. Pág. 151. Conceito também sistematizado por Wilhelm Walgenbach a partir dos aportes de Friedrich Fröbel e Wolfgang Klafki.

12 A etimologia da palavra *heurística* é a mesma que a da palavra *eureka*, cuja exclamação se atribui a Arquimedes. Pode ser considerada como a arte ciência da descoberta e da invenção.

13 Wilhelm Walgenbach, pedagogo e pesquisador do Instituto de Pedagogia das Ciências Naturais – IPN (Universidade de Kiel, Alemanha).

14 Pode-se considerar a Trilha da Vida como um item dos chamados *Cardápios de aprendizagem* ser contextualizado e compartilhado em rede.

15 Uma clara alusão a educação “*maieutica*” conforme o texto *Democracia dos autores Jean Pierre Leroy e Tânia Pacheco, nesta publicação*.

16 Além do livro existe um excelente documentário em vídeo com duração de 27 minutos que traz uma síntese da temática abordada.

COLETIVOS EDUCADORES

por Luiz A. Ferraro Júnior e Marcos Sorrentino

O coletivo educador é a união de pessoas que trazem o apoio de suas instituições para um processo de atuação educacional em um território. Deve se constituir como uma Comunidade Aprendente (Brandão, 2005), uma Comunidade Interpretativa (Avanzi e Malagodi, 2005), um grupo de Pesquisa-Ação-Participante-PAP (Viezzler, 2005), um grupo de Pessoas que Aprendem Participando-PAP (Sorrentino, 2005), forjando-se como uma Comunidade de Destino (Bosi, 1995) de Vida e de Sentido (Morais, 2005 e outros), uma Comunidade Afetiva (Halbwachs, 1990), um lugar /momento para os “bons en -contros” (no sentido Espinosano¹ dos encontros que ampliam nossa potência de ação), enfim um grupo no qual educadores se articulam, pessoal e profissionalmente, para o Encontro (no sentido Buberiano² do encontro humanizador) e para a Práxis (no sentido Gramsciano³ da ação-reflexão dialética na realidade histórica).

Ao definir a idéia de Coletivo Educador que nos anima é importante reforçar as duas dimensões, subjetiva e objetiva, que fazem do Coletivo Educador um espaço tão útil quanto belo.

A dimensão do belo é a do Coletivo Educador como um pouco da Utopia

agora e aqui! Os que sonhamos um mundo em que as relações humanas e sociais não se resumam ao funcionalismo, ao utilitarismo, ao monetário, não resistiríamos se não pudéssemos viver isso já, no encontro com aqueles companheiros e companheiras que fazem sentir que partilhamos buscas que transcendem a nós mesmos, nosso tempo biológico, aqueles que ao final de uma conversa nos fazem ficar pensando, encontrando o “Outro” (vivendo a Alteridade enquanto um encontro humanizador) e pensando “que bom”, é o próprio destino buscado acontecendo aqui e agora. Esta é uma dimensão de transcendência que remete à reflexão sobre o Coletivo Educador e aos conceitos de Comunidade de Destino, Comunidade Afetiva, Comunidade de Vida, ao espaço do Encontro, da Alteridade, da Potência de Ação. São espaços da “tecedura do coletivo nômade” e “da engenharia do laço social”, nos quais predominam a “hospitalidade”, a “capacidade de ser” e o “aumento da potência” (Levy, 1998).

A dimensão do útil refere-se ao Coletivo Educador como grupo de profissionais que se aproximam para superar lacunas e dificuldades e potencializar as qualidades e capacidades de cada instituição, de cada pessoa, para possibilitar processos de educação ambiental permanentes, articulados, continuados

e voltados a totalidade de habitantes de um determinado território. Constitui o núcleo de planejamento pedagógico de um amplo programa educacional e de desenvolvimento de processos formativos de formadores de educadoras(es) ambientais e seus grupos de Pesquisa-Ação-Participante. Grupo que compartilha observações, visões e interpretações da mesma forma que planeja, implementa e avalia processos de formação de educadores ambientais.

Justificativa

O papel de um Coletivo Educador é promover a articulação de políticas públicas, reflexões críticas aprofundamento conceitual, instrumentalização para a ação, proatividade dos seus participantes e articulação institucional, visando a continuidade e sinergia de processos de aprendizagem de modo a percolar, de forma permanente todo o tecido social do território estipulado.

Os Coletivos Educadores favorecem a continuidade e permanência dos processos educacionais, a consistência e adequação das propostas de formação, a otimização de recursos locais, regionais e federais, a ampliação das cargas horárias de formação, a articulação de programas e projetos de desenvolvimento territorial sustentável, pois processos amplos, continuados e que perpassem todo o tecido social dependem de uma conjunção de recursos e competências que não se encontram numa única instituição.

Por meio de Coletivos Educadores as instituições e movimentos relacionados ao campo da educação ambiental poderão articular suas políticas de formação de gestores públicos, conselheiros, técnicos, agentes de desenvolvimento local, educadores, professores e lideranças em geral, assim como qualificar seus foros de participação social e suas intervenções educacionais voltadas à criação e ou aprimoramento de estruturas e espaços que tenham potencialidade de atuação como educadoras na direção da sustentabilidade.

Quem compõe

O Coletivo pode ser constituído por educadores de diferentes instituições que desenvolvam ações formativas no campo da educação ambiental, da educação popular, da formação de professores, da extensão rural, da formação técnica socio-ambientalista, dentre os mais diferentes setores, nas Universidades, nas Secretarias de Educação, nas Secretarias de Meio Ambiente, nos NEAs do IBAMA, nas ONGs, nas Pastorais, nas Federações Sindicais, nas CIEAs, nas Redes de Educação Ambiental, nos Movimentos Sociais.

Objetivos

O objetivo de um Coletivo Educador é promover reflexão crítica, aprofundamento conceitual, instrumentalização para a ação, proatividade

dos seus participantes e articulação institucional visando a continuidade e sinergia de processos de aprendizagem de modo a percolar, de forma permanente todo o tecido social da região foco. O Coletivo Educador deve ser demarcado por um território de pertencimento, que pode ser geográfico, setorial ou simbólico (Zaoual, 2003, fala dos Sítios Simbólicos de Pertencimento).

Só um Coletivo contextualizado é efetivamente capaz de responder aos desafios peculiares a cada território. A articulação dos esforços e a valorização das competências regionais permitem a consecução do objetivo de democratizar uma política pública e não limitar sua execução a poucos projetos piloto. A constituição do coletivo educador é estratégia essencial para a implementação de políticas públicas federais, estaduais e municipais de gestão e educação ambiental, além da elaboração de políticas públicas no âmbito dos contextos onde atuam. Por meio dos Coletivos Educadores os diversos Ministérios com atuação junto aos temas da educação ambiental, diversidade, qualidade de vida, autonomia, emancipação e participação social poderão articular suas políticas de formação de gestores públicos, conselheiros, técnicos, educadores, professores e lideranças em geral

Como atuam

Coletivos Educadores devem assumir-se enquanto grupo de Pesquisa-Ação-Participante, isto

implica em um processo permanente de ação-reflexão, de pesquisa e intervenção, de análise, de delineamento participativo de estratégias, implica também em procedimentos democráticos, não hierarquizados e transparentes.

Os Coletivos Educadores devem promover processos sincrônicos de formação de educadores, educomunicação, educação por meio de foros e coletivos e educação por meio de estruturas educadoras, além dos cursos e estruturas educadoras, além dos cursos e processos continuados de formação de educadores e educadoras ambientais, numa perspectiva de capilarização para toda a base territorial ao qual se destina, utilizando distintas modalidades e estratégias de ensino/aprendizagem, através da constituição e articulação de diversos grupos de educadores ambientais (de acadêmicos a populares) que atuem nos mais diferentes contextos desse território. Estes grupos, articulados com os Poderes Públicos Municipais e outras diferentes instituições (empresas, organizações não governamentais, movimentos sociais, movimentos sindicais, pastorais etc...) avaliarão, planejarão e desenvolverão projetos e práticas voltadas à constituição de cada município do território como um Município Educador Sustentável – MES e o território, como um todo, como um Território Educador Sustentável.

Um Coletivo de Educadores Ambientais pesquisa seu contexto no sentido de valorizar as diferentes

práticas sociais existentes, para desenvolver uma capacidade de efetivo diálogo de saberes, pesquisa para conhecer as redes sociais, os fluxos de comunicação e, principalmente, pesquisa “com” e não apenas “sobre” ou “para” seus públicos.

Frente a esta diversidade o Coletivo Educador deverá desenvolver múltiplas estratégias, linguagens, espaços, meios e modalidades de formação. Um aspecto chave a ser desenvolvido é o Cardápio Regional de Ações Formativas que reúne as diferentes competências regionais nos formatos mais diversos, tais como oficinas, cursos, vídeos, palestras, disciplinas, espaços educadores, textos, vivências para serem acessadas autonomamente pelos coletivos de educandos. A idéia do cardápio dialoga com o conceito da Sociologia das Emergências de Boaventura de Sousa Santos, os conhecimentos, técnicas, formas de produção, de consumo, de lazer, de expressão cultural, de arte, devem vir à tona através de uma sociologia das emergências que (re)coloque toda a riqueza de um dado contexto como opções para o caminho; a pertinência de cada ítem deve ser julgada ética, política, técnica e esteticamente pelo grupo social, segundo múltiplos parâmetros, isto ajuda a enfrentar a “sociologia das ausências” que a racionalidade econômica opera ao transformar em inútil, arcaico, anacrônico, dispensável, esquecível, abandonável tudo o que não se inscreve na sociedade com valor de troca viável. Assim, o cardápio é progressivo;

conhecimento acadêmico e técnico científico estão mais presentes nas instituições como academias e ONGs, entretanto conforme o Coletivo Educador vai encontrando a sociodiversidade do contexto vão surgindo outros saberes: saberes barco, peixe, árvore, cesta, comida, jogos, festa. E como diz O’Connor (2003, p.49) “Qualquer que seja o caso, o que menos necessitamos é de fracionalistas, sectarismo, linhas corretas – ao contrário, precisamos examinar criticamente todas as fórmulas políticas desgastadas pelo tempo e desenvolver um espírito ecumênico para celebrar nossos bens comunais, velhos e novos, tanto como nossas diferenças.”

Com quem atuam

O público diretamente envolvido no processo educativo, a ser implementado pelo Coletivo Educador, deve ser composto, por exemplo, por lideranças comunitárias, professores, agentes de saúde, técnicos municipais, participantes de sindicatos e federações de trabalhadores, movimentos sociais, Ongs, etc. São grupos dialógicos empenhados em interpretar o contexto e enfrentar as assimetrias de poder e linguagem dentro do grupo na definição e busca do futuro desejado.

As intervenções educacionais desenvolvidas por estes Coletivos Educadores visam a formação de educadores e de outros coletivos de Pesquisa-Ação-Participante constituídos da máxima diversidade e representatividade social, cultural e

política possível no contexto. Desta forma seus públicos envolverão lideranças de movimentos, sindicatos, associações, técnicos de ONGs, pastorais, prefeituras, órgãos públicos, empresas, professores, jovens, ambientalistas, animadores culturais. A forma de constituir os grupos de educandos deve vislumbrar o envolvimento de 100% dos setores e territórios da região, podendo ser formados diferentes grupos homogêneos ou heterogêneos. É objetivo que estes grupos de educandos vão se articulando como Comunidade Interpretativa e de Aprendizagem e que atuem juntos como grupo de Pesquisa-Ação-Participante.

Exemplos

RUPEA: a Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental é um exemplo de um Coletivo Educador setorial, ou seja, voltado ao setor acadêmico. Há nas universidades brasileiras um grande número de iniciativas no campo da formação de educadores ambientais, entretanto, cada universidade isoladamente carece de recursos, de espaços institucionais, de quantidade de profissionais engajados na área. Três Universidades (UESB-Universidade Estadual do Sudoeste Baiano, UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana e USP-Universidade de São Paulo), em 1999, começaram a se articular para que cada uma delas pudesse, compartilhando recursos, profissionais e materiais, realizar um programa de formação de educadores ambientais. Esta iniciativa,

que se provou extremamente frutífera para todas as envolvidas deu origem à RUPEA que hoje articula mais de 12 universidades que têm partilhado e desenvolvido projetos em comum, refletido e sugerido políticas públicas em diálogo com o Órgão Gestor da PNEA.

Organizações e Movimentos de Monte Santo (BA): criada em 1997, a partir de uma articulação das comunidades da região de Monte Santo, a EFASE (Escola Família Agrícola do Sertão) foi criada em virtude da necessidade sentida pelos camponeses de oferecer a seus filhos e filhas uma educação formal que não os desvalorizasse, não os estimulasse ao afastamento das comunidades e que ao contrário fortalecesse os vínculos com o campo, com suas comunidades e com uma ação voltada ao desenvolvimento local. O sucesso desta escola foi fruto não somente da mobilização comunitária, mas também de um conjunto de instituições da região que foram respaldando sua construção. Hoje a EFASE desempenha um papel articulador interinstitucional, agregando instituições como PROCUC (Programa Curaçá-Uauá- Canudos), IRPAA (Instituto Regional da Pequena Agricultura Apropriada), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), CPT (Comissão Pastoral da Terra), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Monte Santo, STR de Itiúba, Prefeitura Municipal de Itiúba (através de sua secretaria de educação), Central das Associações de Fundo de Pasto de Senhor do Bonfim, CETA (Movimento Estadual de

Trabalhadores(as) Acampados(as) e Assentados(as) da Bahia e UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana) em diversos projetos de formação de educadores e agentes de desenvolvimento comunitário. Hoje, esta articulação envolve (e é envolvida por) aproximadamente 12 municípios e 150 comunidades rurais. Há partilha de responsabilidades, construção democrática dos projetos, articulação de competências (cardápios de aprendizagem) e um grande avanço no sentido de superar sobreposições e concorrências entre ações das instituições dando lugar a uma sinergia das ações no âmbito regional.

Coletivo de Cuiabá e região: já tomando por base a teoria sobre Coletivos Educadores que temos sistematizado a partir de inúmeros referenciais teóricos e práticos (como os exemplos acima), a DEA/MMA desde 2004 começou, em parceria com o Programa Pantanal, a estimular a criação de oito Coletivos Educadores no âmbito da Bacia do Alto Paraguai (estados de MT e MS). Foram realizadas reuniões para discutir a proposta com as instituições da região e hoje, o Coletivo Educador de Cuiabá reúne diversas instituições de diferentes setores como UFMT (Universidade Federal do Mato Grosso), ECOPANTANAL - Instituto de Ecologia e Populações Tradicionais do Pantanal, Federação dos Pescadores do Estado de Mato Grosso, REMTEA (Rede Matogrossense de Educação Ambiental), UNEMAT (Universidade Estadual do Mato Grosso), IBAMA-NEA, SEMA (Secretaria Estadual de Meio

Ambiente), SEDUC (Secretaria Estadual de Educação e Cultura), INCRA, SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), UNIRONDON (Faculdades Integradas Cândido Rondon), CEFET-MT, ADERCO (Associação de Defesa do Rio Coxipó), AMEMATOGROSSO (Associação Matogrossense de Ecologia), UNIVAG-Centro Universitário, FORMAD (Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento). Atualmente, este coletivo já possui um amplo cardápio de aprendizagem regional, um corpo de profissionais para orientação de educandos, seu projeto político pedagógico elaborado, já vem desenvolvendo projetos de formação interna e neste momento (set/2005) está em processo de formatação de vários convênios que garantam a sustentabilidade do processo independente do estímulo federal.

Coletivo Educador da Bacia do Paraná III e Entorno do Parque Nacional do Iguaçu: A proposta surgiu da articulação entre a equipe da Itaipu Binacional e da DEA com o intuito de desenvolver um Programa de Educação Ambiental com base na proposta (ProFEA) da DEA/MMA na região da Bacia do Rio Paraná III, que envolve 34 municípios. Após esses diálogos e discussões sobre o programa elaborado pela DEA, o passo seguinte foi a assinatura de um convênio entre a Itaipu Binacional e o MMA, além da consolidação de parceria com o IBAMA através do Parque Nacional do Iguaçu. Hoje o Coletivo Educador envolve além da Itaipu-Binacional e do Ibama-Parque

Nacional do Iguaçu instituições de diversos setores como a UNIOESTE, Secretaria de Educação do Estado do Paraná, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Foz do Iguaçu, as Prefeituras dos 34 municípios, a SANEPAR, o MST, a ONG Maytenos, UNIGUAÇU, EMATER-PR, AMOPE (Associação dos Municípios do Oeste do Paraná), Conselho dos Municípios Lindeiros do Lago. A partir do estabelecimento de parcerias foi definida a constituição de um Coletivo composto por três núcleos articulados: Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo. Foi elaborado, através de reuniões de trabalho nos núcleos, um Projeto Político Pedagógico para o coletivo como um todo, contendo itens de cardápios compartilhados entre os três núcleos. Já se desenvolveram discussões sobre critérios de seleção dos Formadores de Educadores Ambientais Populares nos núcleos e seminários de formação e apropriação crítica da proposta pelo grupo das instituições. Atualmente está em andamento o processo seletivo dos educandos (PAP3 – formadores de educadores ambientais populares) e está previsto o primeiro módulo de formação para novembro de 2005.

Alguns passos para organizar os Coletivos Educadores

- Reunião de Articulação: uma instituição articuladora, setorial ou territorial, reúne um pequeno conjunto de instituições que também desempenham atividades formativas no campo da educação ambiental,

educação popular, educomunicação ambiental, formação de educadores, formação de professores... Nesta reunião, é apresentada e debatida a proposta de um Programa de Formação de Educadores Ambientais (podendo-se tomar por base o programa elaborado e disponibilizado pela DEA/MMA), inicia-se um primeiro levantamento das ações realizadas ou planejadas e das outras instituições que possam contribuir com o Coletivo Educador. Uma agenda de trabalho pode ser organizada para socialização interna às instituições, para mapeamento e articulação de outras instituições correlatas. É importante que se defina um recorte territorial prévio a ser envolvido pelo Coletivo Educador.

- Oficina de trabalho para Constituição do Coletivo Educador: com o objetivo de constituir e planejar o trabalho do Coletivo Educador debate-se e aprofunda-se o entendimento e comprometimento com uma perspectiva crítica, emancipatória e popular de educação ambiental, sistematizam-se as experiências acumuladas pelas instituições presentes para formação do primeiro Cardápio Regional de Ações Formativas, avaliam-se as estratégias mais interessantes para envolvimento da região, seus poderes públicos e sociedade civil. Para a operacionalização das ações pode-se dividir o Coletivo Educador em subgrupos ou núcleos que possam ter uma agenda mais sistemática de encontros. Quando necessário, pode-se definir um Grupo Articulador operacional, representativo do Coletivo Educador.

- **Articulação Político-Institucional:** o grupo articulador do Coletivo Educador buscará envolver instituições que possam dar tanto um suporte logístico-financeiro quanto político-pedagógico à proposta. O mapeamento dos recursos financeiros, materiais e humanos disponíveis é chave para a exequibilidade da proposta. Outro papel desta etapa de articulação político-institucional é criar as bases jurídicas necessárias para o envolvimento dos profissionais e suas instituições no Coletivo Educador.

- **Aprofundamento e debate sub-regional:** em cada sub-região os membros do Coletivo Educador sistematizam seu cardápio, definem competências para tutoria de educandos e planeja os demais papéis. É de fundamental importância que este grupo sub-regional inicie um mapeamento das experiências sociais dos locais, as redes sociais, as estruturas educadoras, os grupos, a segmentação social e outros aspectos fundamentais para a seleção de educandos, para a valorização das experiências populares, para o diálogo de saberes e para a ampliação do cardápio. A formação dos grupos de Pesquisa-Ação-Participante de educandos pode estar sob a responsabilidade de uma instituição ou de frações do Coletivo Educador que, neste caso, reportam-se a ele como referência para coordenação das ações na região (como no exemplo do coletivo do Paraná-III).

- **Elaboração da proposta de formação:** numa oficina, em um outro

momento ou a partir de um grupo menor do Coletivo Educador elabora-se uma proposta de Formação Continuada de Pessoas que Aprendem Participando, construindo a sua sincronicidade com os demais processos formativos desenvolvidos ou planejados pelo Coletivo.

- **Seleção de educandos e desenvolvimento das propostas de formação:** o Coletivo Educador deverá articular todo o processo seletivo dos formadores de educadores ambientais de modo a envolver a diversidade social e territorial do contexto em questão. As propostas de formação desenvolvidas pelos núcleos deverão atingir um profundo diálogo e interdependência, inclusive permitindo que os educandos percebam-se como parte de um processo regional-nacional, servindo-se do amplo conjunto de opções -cardápio-resultante do mesmo.

- **Avaliação/re-planejamento e articulação permanentes:** o Coletivo Educador deverá se reunir para avaliar o andamento das propostas, desenvolver estratégias de avaliação dos projetos de intervenção dos educandos, reorientar as propostas de formação, elaborar materiais de apoio pedagógico e sempre que necessário constituir grupos temáticos transversais às sub-regiões atendendo às necessidades de conteúdos e instrumentos dos educandos.

Algumas perguntas orientadoras

1) Quem são as instituições de nosso território que, de alguma forma,

promovem processos de formação ou intervenções educacionais?

2) Quais os desafios da educação ambiental crítica no nosso contexto?

3) Que formação devemos ter e oferecer enquanto educadores e educadoras ambientais?

4) Como um programa de educação ambiental poderia envolver TODO o nosso contexto?

5) Como nossas instituições devem se articular para realizar um programa continuado de Formação de Educadores Ambientais?

6) Quem são, no nosso contexto, as pessoas que poderiam desempenhar o papel de formadores de educadores ambientais populares de modo a envolver TODAS as pessoas?

Aprofundamento

Filme: “Quase dois irmãos”

Direção: Lúcia Murat; Duração: 102 minutos. Conta a história de dois personagens de origens distintas, um preso comum e um preso político que tornando-se amigos dentro da prisão são articuladores de movimentos coletivos de naturezas distintas.

Curtas: Brasil Alternativo

Direção: Renato Levi; Produção: TV Cultura e Instituto Ecoar para a Cidadania. São seis curtas relatando experiências de articulação entre pessoas e grupos buscando melhor qualidade de vida.

Referências Bibliográficas

BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BARBIER, R. Pesquisa-ação na instituição educativa. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. A pesquisa-ação. Brasília: Ed. Plano, 2002.

BRANDÃO, C.R. (Org.). Pesquisa participante. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. O ardil da ordem, caminhos e armadilhas da Educação Popular. 2. ed. Campinas: Papius, 1984.

_____. (Org.). Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador. São Paulo: Cortez, 2003.

CARVALHO, I.C.M. A invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre: Ed. Universidade do Rio Grande do Sul.

GUIMARÃES, M. A formação de educadores ambientais. Campinas: Papius, 2004.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

LÉVY, P. A inteligência coletiva - por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 1998.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Diretoria de Educação Ambiental. Textos diversos. Disponível

em:<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/fea/index.htm>.

O'CONNOR, J. Es posible e capitalismo sostenible? In: ALIMONDA, H. (Comp.). Ecología política: naturaleza, sociedad y utopia. 1. ed. 1. reimp. Buenos Aires: CLACSO, p. 27-52, 2003.

ZAOUAL, H. Globalização e diversidade cultural. São Paulo: Cortez, 2003.

SOUSA SANTOS, B. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Por uma sociologia das ausências e das emergências.

Disponível em:

http://www.ces.fe.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf.

reimp. Buenos Aires: CLACSO, p. 27-52, 2003.

ZAOUAL, H. Globalização e diversidade cultural. São Paulo: Cortez, 2003.

1 Baruch de Espinosa, filósofo judeu-holandês do século XVII, sua principal obra é a “Ética demonstrada à maneira dos geômetras” publicado em português pela Abril Cultural.

2 Martin Buber, filósofo judeu-polonês, suas obras mais conhecidas são “Eu e tu”, “Socialismo Utópico” e “Sobre comunidade” trabalhou a questão da alteridade e da ética nas relações interpessoais.

3 Antonio Gramsci, pensador político italiano, sua principal obra são os “Dos Cadernos do Cárcere”, trabalhou temas

como Estado e sociedade civil, nesta citação destacamos sua concepção sobre a ação política, para a qual podemos sugerir a obra de SEMERARO, G. Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia. Petrópolis: Vozes, 1999. 279p.

4 Este programa está sendo desenvolvido pela DEA/MMA e está disponível no site: www.mma.gov.br/educambiental

Viveiros Educadores: Plantando Vida

por *Gustavo Nogueira Lemos*
Renata Rozendo Maranhão

É cada vez mais evidente a necessidade da participação popular em processos que busquem inverter a lógica do desenvolvimento acompanhado da degradação ambiental.

O envolvimento em ações dessa natureza oportuniza a reflexão sobre os fatos, razões e interesses pelos quais nossa sociedade seguiu nessa direção. Refletir sobre tais aspectos é essencial para questionarmos as escolhas feitas e compreendermos que é possível trilhar outros caminhos, calcados pela solidariedade, pela universalização da qualidade de vida, pela valorização do ambiente, e do ser humano, como sujeito atuante na construção de um mundo melhor.

A problemática ambiental é extremamente complexa, envolve em sua raiz questões de caráter social, econômico, político e cultural, e deve ser encarada de forma ampla, conjugando esforços nas mais diferentes frentes de atuação, para que as transformações almejadas tornem-se realidade.

Nesta jornada é importante utilizarmos de forma intencional e consciente os espaços e estruturas existentes em nossa sociedade com potencial para a formação de

educadoras e educadores ambientais capazes de irradiar pró-atividade e comprometimento, e com isso, contagiar cada vez mais pessoas dispostas a contribuir.

Espaços e estruturas educadoras são aquelas que demonstram, ou podem demonstrar, alternativas viáveis para a sustentabilidade frente ao modelo hegemônico de desenvolvimento, possibilitando o aprendizado vivenciado, dialógico e questionador acerca das temáticas nelas abordadas.

Viveiros florestais, ciclovias, hortas orgânicas, faixas de pedestre, jardins de ervas medicinais, salas verdes, museus, centros de educação ambiental entre outras, são exemplos de estruturas e espaços que podem assumir esse papel.

O processo de aprendizagem desencadeado pela utilização intencional destas estruturas busca proporcionar a reflexão crítica sobre os diferentes aspectos que a cercam, estimulando as pessoas a realizarem ações em prol do bem-estar coletivo, assim como a rever valores, métodos e objetivos.

O que transforma uma estrutura simples, utilizada cotidianamente de forma despercebida, em uma estrutura cheia de significados e aprendizados, é

a qualidade das relações que se mantém com ela e dentro dela.

Nesse sentido, um bom exemplo de estrutura que poderia ter apenas um caráter produtivo, ou mesmo comercial, mas apresenta um enorme potencial educador, é o viveiro florestal.

O projeto “VIVEIROS EDUCADORES” busca estimular, orientar e apoiar a implantação de viveiros florestais como espaço de aprendizagem, estimulando os viveiros já existentes a perceber, a valorizar e a incorporar a dimensão educadora em suas atividades.

Destina-se a educadoras e educadores ambientais, viveiros florestais em atividade, grupos e instituições organizados que possam deflagrar esse processo em suas comunidades, e ainda, a todos que tenham interesse em se aprofundar na temática e contribuir para a transformação de sua realidade.

Pretende-se assim dar mais um passo para efetivar o alcance da Educação Ambiental crítica e emancipatória, atendendo a crescente demanda por subsídios que orientem técnica e pedagogicamente a produção de mudas e o plantio de árvores, como um processo continuado de

aprendizagem, extrapolando a perspectiva pontual que tem caracterizado historicamente essa atividade.

Reflorestar as áreas nativas

degradadas e requalificar os espaços urbanos é um desafio enorme e necessário, que deve ser abraçado por todos. Trata-se de uma demanda prioritária em todo o planeta, seja pela importante função que a vegetação exerce na manutenção dos recursos hídricos e regulação do ciclo hidrológico, pela proteção e fertilização dos solos, pela perpetuação da fauna silvestre ou, ainda, por estimular a reflexão sobre que medidas podemos tomar frente ao eminente avanço do aquecimento global.

Nosso desejo é que os Viveiros Educadores sejam mais do que uma política pública; indo além, como instrumentos populares de transformação, enraizados em toda a sociedade brasileira, contribuindo para o resgate e a construção da “cultura do plantar”, presentes tanto nas comunidades rurais quanto no meio urbano, em suas instituições, escolas, bairros e lares, fortalecendo as relações pessoais, os laços afetivos, e cativando cada vez mais pessoas dispostas a refletir e agir na direção de um mundo mais justo e equilibrado para todos.

O que são Viveiros Educadores?

Viveiros Educadores são espaços de produção de mudas de espécies vegetais onde, além de produzi-las, desenvolvem-se de forma Intencional processos que buscam ampliar as possibilidades de construção de conhecimento, exercitando em seus procedimentos e práticas, reflexões que tragam em seu bojo o olhar crítico sobre

questões relevantes para a Educação Ambiental, tais como: ética, solidariedade, responsabilidade socioambiental, segurança alimentar, inclusão social, recuperação de áreas degradadas, entre outras possibilidades.

São espaços onde a produção de mudas é tratada como porta de entrada para reflexões mais profundas sobre as causas e possibilidades de enfrentamento para a problemática socioambiental.

Um viveiro florestal pode ser uma simples fábrica de mudas, conduzido metodicamente, sem estabelecer nenhum tipo de reflexão acerca da complexidade envolvida.

No entanto, ao refletir-se intencionalmente sobre a forma como o ser humano tem se relacionado com o ambiente, as causas e efeitos dos problemas socioambientais vividos, assim como as diferentes possibilidades de atuação, o processo de produção de mudas passa a ter outro significado, mais amplo e profundo.

A produção de mudas e o plantio de árvores são temas geradores bastante eficientes. Por meio deles é possível estimular o alcance da compreensão sistêmica que a questão ambiental exige.

Desde que conduzido de forma pedagógica e questionadora, o viveiro pode estimular o surgimento de novas iniciativas que complementem e fortaleçam a atuação de grupos e

instituições que desenvolvem processos de Educação Ambiental em todo o país.

Para tanto, é necessário estruturar-se e caminhar na direção da construção de um projeto político

pedagógico que oriente a condução de todo o processo.

É nesse movimento de construção coletiva em que as diversas possibilidades de abordagem e aprendizagem são exploradas e organizadas com o intuito de despertar o espírito crítico, que o viveiro passa a ter sua dimensão educadora exercitada.

Há no território brasileiro uma grande diversidade de tipos de viveiros destinados à produção de mudas de inúmeras espécies vegetais. Eles podem ter caráter e destinação variável, apresentando diferentes modos de produção e objetivos.

Existem viveiros destinados à produção comercial, para o autoconsumo, com finalidade de inclusão social, com caráter técnico-científico, além da finalidade educativa, seja em uma perspectiva de formação de educadores ambientais ou mesmo profissionalizante.

Alguns são altamente tecnificados e automatizados, enquanto outros são simples, com baixo investimento em capital, e totalmente operacionalizados manualmente. No entanto, todos os tipos de viveiros são capazes de assumir um caráter educador, desde que adequadamente conduzidos.

As ações propostas pelos grupos envolvidos com o viveiro devem desencadear o surgimento de projetos que tenham poder de influência e transformação da comunidade em que está inserido, exercitando a postura ativa e cidadã dos envolvidos.

Nesse sentido, o viveiro educador pode desempenhar um importante papel em processos de educação ambiental, tendo como objetivo contribuir para a viabilização das transformações socioambientais necessárias ao resgate da qualidade de vida e do bem-estar humano.

Livro: Viveiros Educadores: plantando vida. Organização: Gustavo Nogueira Lemos e Renata Rozendo Maranhão. Brasília, MMA, 2008.

Este livro está disponibilizado no site do DEA/MMA - <http://www.mma.gov.br>.

Coletivos Jovens de Meio Ambiente e COM-VIDA na Escola:

A geração do futuro atua no presente

por Fábio Deboni, Soraia Silva de Mello e Rachel Trajber

Um começo

Olhe à sua volta. Perceba que os jovens estão muito mais presentes e atuantes na sociedade do que a gente imagina. Muitas vezes vinculamos juventude à violência e às atividades inconseqüentes; porém vemos também jovens cada vez mais trazendo inovações e ocupando espaços na política (vereadores, deputados e em ONGs), no mundo do trabalho, e principalmente na mídia, no meio artístico e cultural. .

Porém, assim como há muitos jovens desarticulados politicamente, também é crescente sua articulação em movimentos sociais e culturais, movimentos de luta pelos direitos humanos, pela igualdade racial, pela liberdade de orientação sexual, pelo trabalho, educação e saúde. Estes movimentos são também políticos, assim como os estudantis, mais conhecido pela tradicional atuação dos grêmios estudantis, diretórios de estudantes e organizações como a União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) ou da Juventude Católica / Pastoral da Juventude. Além desses , os jovens se organizam em

uma multiplicidade de tribos de skatistas, surfistas, punks, torcidas de futebol, outras denominações religiosas. ..Podemos portanto falar em juventudes.

Os Coletivos Jovens compõem um movimento de juventude pelo meio ambiente que tem como bandeira uma nova política, esta nova política é ambiental. Para além disso, uma bandeira que condiz com a compreensão que tem animado o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental desde 2003: - toda educação ou é ambiental, ou não é educação; - toda ação ambientalista ou é educadora, ou não é ambientalista; - toda educação ambiental ou é transformadora e popular, ou não é educação ambiental!

A luta dos Coletivos Jovens é de um movimento autônomo, horizontal, auto-gestionado e que atua em rede, a REJUMA – Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e a Sustentabilidade. Eles lutam pelo seu direito de participar com voz ativa nos processos, projetos e ações que envolvem diretamente as juventudes, ampliando-os. Não querem apenas ser receptores – o famoso “público-alvo”, “clientela” – nem mesmo serem chamados de protagonistas pelos produtores de projetos. Querem, sim, atuar em movimento e estar junto com outras gerações na condução do que influencia sua vida. Neste âmbito,

promovem encontros estaduais e regionais de juventude e meio ambiente, se inserem nas políticas públicas, constroem projetos próprios, tecem redes.

Este trabalho trata de uma outra dimensão do trabalho dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente: sua parceria com o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, que desde a gênese do movimento os apóia em um processo de construção conjunta. Em especial foram explicitadas as ações educadoras e mobilizadoras realizadas com o MEC, no programa Vamos Cuidar do Brasil com as escolas.

A escola é o meio ambiente

Para a educação ambiental escola tem um papel fundamental no desenvolvimento dessas novas políticas voltadas para a construção de sociedades sustentáveis. Com elas poderíamos mudar o mundo, transformar realidades! Talvez os jovens não consigam transformar o mundo todo, mas certamente algum impacto trariam na nossa escola, comunidade, bairro. Imagine agora quantos jovens têm, todos os dias, milhares de idéias que sequer são compartilhadas? Quantas idéias são podadas antes mesmo de serem avaliadas?

Surgiu então uma idéia certa, no lugar certo, que alavancou os anseios de milhares de jovens. Em 2003, no governo federal, começa a se discutir um grande projeto que envolveria todo o país em debates e decisões sobre meio

ambiente, pensando na sua situação atual e em propostas para melhorá-la e solucionar problemas – a Conferência Nacional do Meio Ambiente. Mas quem iria, afinal, participar de um projeto tão importante como esse? Os adultos, é óbvio.

Foi quando uma adolescente foi ouvida por sua mãe, uma política educadora ao questionar: “Por que os jovens também não poderiam ter uma Conferência?” Foi um questionamento simples, mas profundo, que dizia “estamos aqui, queremos e temos condições de participar também” para a pessoa certa: a Ministra do Meio Ambiente Marina Silva. A adolescente é a sua filha Mayara.

A partir dessa pergunta, adultos e jovens se reuniram para pensar em como viabilizar essa idéia: a Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA). Uma proposta simples, mas ousada: incentivar que todas as escolas do país realizem conferências de meio ambiente envolvendo também a comunidade para discutir, levantando problemas locais e propondo ações para enfrentá-los.

Realizar conferências em milhares de escolas, diferente de encontros seminários, fóruns, congressos, feiras de livros ou ciências, traz para os jovens a oportunidade de participar das políticas ambientais. Ela inclui momentos de pesquisa, debate, troca de idéias e reflexões, e também momentos de priorização e tomada de decisões. Isso exige que todos passem a olhar

para os problemas socioambientais mais urgentes e definam qual responsabilidade é possível tomar em cada escola e comunidade. Um outro tipo de decisão numa Conferência é a escolha de representantes – delegadas e delegados dos anos finais do ensino fundamental, com idade entre 11 e 14 anos – devem levar adiante as propostas definidas coletivamente em sua comunidade.

De jovem para jovem

Na primeira edição da Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, em 2003, houve uma grande preocupação com sua coerência conceitual e implementação. Afinal, a idéia era que um projeto “infanto-juvenil” deveria ter a participação efetiva dos jovens em todas as suas etapas (planejamento, execução, avaliação).

A alternativa encontrada gerou os Conselhos Jovens, os Cjs, grupos informais que articulavam diversos movimentos de juventude nos estados para atuarem como parceiros na mobilização das escolas para a Conferência Infanto-Juvenil. Foram convidados jovens organizados em movimentos com diversas políticas, áreas de ações e bandeiras – estudantil, social, étnica, cultural, política etc.

Assim, foram criados 27 grupos de CJs, um em cada estado, geralmente nas capitais, devido a restrições de tempo, naquele momento. Os participantes tinham entre 16 e 29 anos atuavam com alguns objetivos

concretos:

- inserir uma nova pauta em seus movimentos: a transversalidade do meio ambiente;
- fortalecer as oportunidades de participação de delegados de juventude na Conferência Nacional (adultos) e;
- escolher os adolescentes eleitos pelas escolas para participarem da Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente.

Os Conselhos Jovens foram orientados por três princípios básicos:

Jovem educa jovem: assume que entre jovens a comunicação flui com mais facilidade, e que eles próprios ensinam e aprendem entre si. Trocam informações e experiências, negociam situações, pensam e conversam sobre o mundo e agem sobre sua própria realidade. Trata-se, portanto, de um princípio prático que envolve interações entre os jovens dos CJs e os estudantes das escolas, bem como entre os membros dos CJs e entre outros jovens, estudantes ou não.

Jovem escolhe jovem: cabe aos jovens o processo de seleção dos delegados eleitos nas escolas para participarem da Conferência Nacional, em Brasília. Como não seria possível que todos os delegados eleitos nas escolas fossem automaticamente participar do evento final, o CJ cumpria aí um papel importante de escolha de delegados, a partir de critérios e de um regulamento.

Isso propiciou a formação de delegações - na primeira e na segunda

edição da Conferência - bastante diversificadas, com representantes de diferentes etnias, populações tradicionais, biomas e regiões do país (indígenas, ribeirinhos, quilombolas, meninos e meninas de rua, estudantes portadores de necessidades educacionais especiais, jovens do campo, de municípios do interior, meninos e meninas).

Esse processo foi levado tão a sério que possibilitou inúmeros desdobramentos e inovações nas escolhas e indicações dos próprios CJs para representarem o movimento em fóruns, conselhos, comissões, trabalhos em escolas, entre outras situações. Essas eleições, sempre em rede (pela REJUMA), de forma dialógica e democrática, apontam para a capacidade da juventude de construir novas formas de convivialidade e de auto-gestão.

Uma geração aprende com a outra: a idéia não é a de isolar os jovens no seu próprio mundo, deixando-os por fora da realidade, como observamos até recentemente. Este princípio trata da importância do diálogo entre as diferentes gerações (crianças, jovens, adultos, idosos) e em cada uma delas. Sabemos o quanto as pessoas mais experientes e vividas podem por um lado impor os necessários limites aos jovens e serem exemplos de vida, na orientação de caminhos e alternativas desconhecidos. Por outro lado no papel de educadoras, essas pessoas podem reconhecer na juventude anseios, idéias, limitações e sonhos.

Inúmeras pesquisas antropológicas tanto com seres humanos como também na observação de primatas mostram o quanto a juventude inova na linguagem, nos comportamentos e hábitos. Em seguida as inovações passam para as gerações mais velhas, sem que estas reconheçam a apropriação.

Se você é adulto (ou jovem há mais tempo, como alguns dizem...) deve estar pensando: “por que isso não aconteceu quando eu era adolescente?!” “Se eu tivesse tido essa oportunidade...” Com essa visão de aprendizagem intergeracional cabe aos adultos, educadoras e educadores – a abertura para inovações com o reconhecimento das responsabilidades assumidas pelos jovens envolvidos.

Cabe aos educadores potencializar as instâncias pedagógicas construtivistas e participativas como a Conferência e a COM-VIDA, e decorrentes dela, propiciar aos jovens a oportunidade de criar, pensar, agir, fazer, da sua forma e por seus próprios meios, mas dentro dos limites estabelecidos conjuntamente.

O conceito de responsabilidade e a Juventude

Podemos dizer que atualmente as relações internacionais se baseiam em dois pilares: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que têm um foco nos direitos individuais e na dignidade das pessoas, e na Carta das Nações Unidas, com foco na paz e desenvolvimento das comunidades humanas. Ambos os

documentos surgiram logo após a Segunda Guerra Mundial, em 1945; no entanto, é nos últimos cinquenta anos que observamos grandes mudanças globais, fazendo com que esses dois pilares não sejam mais suficientes para lidarmos com os riscos presentes e futuros.

Um terceiro pilar foi proposto pela sociedade civil - cidadãos e cidadãs do mundo - para compor um tripé das relações internacionais: a Carta das Responsabilidades Humanas¹. Com isso fica marcado que há uma diferença entre “direitos” e “responsabilidades”: enquanto todas as pessoas têm acesso aos direitos humanos, as nossas responsabilidades são¹ sempre proporcionais aos nossos limites. Quanto maior a liberdade, o acesso à informação, ao conhecimento e ao poder político e econômico de uma pessoa ou grupo, tanto maior a responsabilidade sobre suas ações.

E quem é responsável por perceber os problemas socioambientais? Os governos? A ciência? A economia? As religiões? Os adultos? Sabemos que uma grande concentração de poder e recursos se encontra nas mãos de adultos de algumas sociedades, de mercados internacionais, de instituições científicas, tecnológicas e econômicas. Se nos sentimos frágeis para transformar o modelo civilizatório injusto e predador, imaginem os jovens. Sozinhos e fragmentados, somos ainda mais frágeis, no entanto, ao nos ligarmos ao coletivo, nos empoderamos e podemos transformar nossa realidade.

A palavra de origem inglesa (*empowerment*), que deu origem ao termo “empoderamento”, pode parecer estranha, mas é especialmente importante para pensarmos a educação popular, e em especial os movimentos de juventude. Ela significa a ação coletiva desenvolvida pelas pessoas quando participam de espaços de decisões e de consciência social dos seus direitos. Essa consciência ultrapassa as iniciativas individuais de busca de conhecimento e de superação das limitações da sua realidade. Nesse sentido, o empoderamento da juventude devolve poder e dignidade a quem precisa de cidadania, e principalmente amplia a liberdade de decidir sobre seu próprio destino com responsabilidade e respeito ao outro e ao meio ambiente. No caso de “uma geração aprende com a outra”, os jovens podem ensinar as suas comunidades a assumirem responsabilidades pelo que acontece com a teia da vida.

Do jovem para a comunidade – Com-Vida – comissão de meio ambiente e qualidade de vida na escola

O processo de Conferência Infanto-Juvenil, em suas duas edições, trouxe surpresas, como a postura compenetrada, responsável e madura das delegações que vieram a Brasília. Os estudantes (de 11 a 14 anos) têm clareza do que querem: debater propostas e apontar caminhos agora, pois não vivem no futuro, mas no presente. Um desses caminhos foi a deliberação da primeira conferência de

“criar conselhos jovens em todas as escolas” para dar vazão às idéias e à vontade dos jovens de “pôr a mão na massa” e fazer algo pelo meio ambiente, desde a escola.

A partir dessa deliberação, interligando conceitos como os Círculos de Cultura do Paulo Freire, foi trabalhada a formação da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola, a COM-VIDA. Ela surge para promover maior integração entre estudantes, professores, funcionários e comunidade, na escola, criando um espaço permanente para pensar e agir pelo meio ambiente. Os (as) delegados(as) da conferência sabiam que não adiantava falar sobre o assunto apenas na Semana do Meio Ambiente, já que se trata de algo tão sério e vital. Era preciso constituir em cada escola um espaço estruturante e permanente dentro da escola, que não seja fechado nele mesmo, mas que provoque a comunidade escolar a participar e debater o tema. E dessas COM-VIDAS surgiriam as novas gerações de Coletivos Jovens.

Desde então as COM-VIDAS têm crescido e se espalhado por milhares de escolas de todo o país, propondo ações, pensando e discutindo o tema, buscando soluções práticas para enfrentar problemas ambientais locais. Sem dúvida, os próprios estudantes devem ser os principais estimuladores das COM-VIDA, sempre apoiados por professores, funcionários e pessoas da comunidade, mostrando que é possível ter os jovens à frente de suas questões.

A COM-VIDA faz Agenda 21 na Escola, com uma metodologia de construção de projetos coletivos, com pesquisa-ação-participativa e um formato lúdico e metafóricos, chamada Oficina de Futuro, e que tem a “cara do jovem”.

E são os Coletivos Jovens que conduzem as Oficinas de criação de COM-VIDAS, com base no princípio “jovem educa jovem”, demonstrando assim a importância do princípio “Jovem educa Jovem”, criando oportunidades pedagógicas de diálogo e discussão coletiva a partir da realidade local (escola – comunidade). Os membros dos CJs, neste processo, atuam como facilitadores e educadores na medida em que propiciam momentos de encontro e de troca de idéias entre jovens, com vistas a identificar os principais desafios a serem enfrentados e a levantar as ações necessárias para transformar esta realidade. Desta forma estes jovens podem fazer o que melhor sabem: colocar a mão na massa, sem sequer perceberem o quanto este processo gera de impactos educativos em toda a comunidade escolar. Neste caso, observa-se que o princípio “Uma geração aprende com a outra” é exercido, de fato, numa via de mão dupla, demonstrando que há menos barreiras entre sujeitos de gerações diferentes do que se imagina.

PARA SABER MAIS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada,

Alfabetização e Diversidade. Formando COM-VIDA – Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola: construindo Agenda 21 na escola. 2. ed. Brasília: MEC, 2006. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/comvida.pdf>>

_____. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental.

MMA. MEC. Juventude, cidadania e meio ambiente: subsídios para a elaboração de políticas públicas.

Brasília: MMA, MEC, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/jcambiente.pdf>>.

_____. Manual orientador: coletivos jovens de meio ambiente. Brasília: MMA, MEC, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/cjs.pdf>>.

_____. Passo a Passo para a Conferência de Meio Ambiente na Escola. Brasília: MEC, MMA, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/confinfanto.pdf>>

FREITAS, M. V. (Org.) Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. 2.ed. São Paulo: Ação Educativa, 2005. Disponível em: <http://www.fes.org.br/media/File/inclusao_social/juventude/juventude_e_adolescencia_no_brasil_referencias_conceituais_2005.pdf>

PROJETO GEO JUVENIL BRASIL. Disponível em:

<<http://www.geojuvenil.org.br>>.

Expressa as impressões dos jovens

brasileiros sobre meio ambiente

PORTAL DO PROTAGONISMO JUVENIL. Disponível em:

<<http://www.protagonismojuvenil.org.br>>. Contém textos, informações e

contatos em âmbito nacional.

PORTAL DA REDE DA JUVENTUDE PELO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE. Disponível em:

<<http://www.rejuma.org.br>>.

Disponibiliza documentos, contatos e ferramentas de interação entre jovens ambientalistas.

REVISTA ONDA JOVEM. Disponível em: <<http://www.ondajovem.com.br>>.

Reportagens, experiências e informações sobre projetos sociais na área de juventude.

II CONFERÊNCIA NACIONAL INFANTO-JUVENIL PELO MEIO AMBIENTE, Brasília, 27 abr. 2006. Anais.

Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/conferenciainfanto>>. Apresenta a descrição do processo e os produtos.

¹ Carta das Responsabilidades Humanas, documento aprovado pela Assembléia Mundial de Cidadãos, em dezembro de 2001, em Lille, na França. Uma iniciativa da Fundação Charles Léopold Mayer, parte das dinâmicas da Aliança por um Mundo Responsável, Plural e Unido. A Carta das Responsabilidades Humanas também orienta os princípios da Conferência Nacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente, com o conceito de responsabilidade.

Projeto Sala Verde Escola da Fazenda Florianópolis - SC

O Programa Sala Verde Escola da Fazenda é uma seção do Programa Ambiental da Escola da Fazenda, consistindo no conjunto de atividades de extensão de educação ambiental voltado para a comunidade escolar e extra-escolar. O programa teve sua origem a partir da aprovação do Edital 002/2004, lançado pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente – DEA/MMA, tendo iniciado suas atividades em março de 2005. Atualmente, o Ministério do Meio Ambiente reconhece 390 Salas Verdes no Brasil.

A Escola da Fazenda motivou-se a inscrever-se como uma Sala Verde devido a seu histórico de promoção e de participação em atividades na comunidade onde está inserida, uma vez que entende que estas são formas educativas privilegiadas, das quais sempre constou o componente ambiental, como o Primavera na Fazenda, a Operação Tapete Verde e a Pedalada da Saúde.

Em contrapartida às atividades educacionais voltadas à comunidade desenvolvidas pela Escola, o MMA disponibiliza e atualiza materiais escritos e audiovisuais para a Biblioteca, cujo acervo é aberto à comunidade.

A Sala Verde consolida o compromisso da Escola da Fazenda em

participar da vida comunitária, intervindo em favor da formação educativa da população em geral e da proteção ambiental, atuando como um meio de extensão das ações educativas do Programa de Educação Ambiental da Escola da Fazenda e de suas ações operacionais do Programa de Gestão Ambiental.

O Programa conta com o Grupo de Pesquisa Plantando e Aprendendo, composto por estudantes em horário extra-curricular, com idade entre 10 e 13 anos, os quais reúnem-se em encontros semanais de aproximadamente duas horas.

Objetivos

- a) Promover atividades de extensão de educação ambiental voltadas para a comunidade extra-escolar;
- b) Disponibilizar os conhecimentos e métodos de educação ambiental para a comunidade docente municipal;
- c) Promover e participar de ações de intervenção na comunidade do entorno visando a proteção ambiental;
- d) Disponibilizar o conteúdo da Biblioteca Sala Verde à comunidade;
- e) Promover atividades de pesquisa em educação ambiental;
- f) Possibilitar a divulgação e o compartilhamento externo das atividades do Programa de Educação Ambiental da Escola da Fazenda e do

Programa de Gestão Ambiental da Escola da Fazenda.

Atividades desenvolvidas

a) Atividades educativas e de pesquisa do Grupo Plantando e Aprendendo (ver abaixo);

b) 1º Ciclo de Formação em Educação Ambiental - 2005;

c) 2º Ciclo de Formação em Educação Ambiental - 2006;

d) 3º Ciclo de Formação em Educação Ambiental - 2007

e) Pedalada da Saúde, em parceria com o Conselho Local de Saúde da Fazenda do Rio Tavares, em maio de 2005;

f) Operação Tapete Verde, em parceria com o Conselho Local de Saúde da Fazenda do Rio Tavares, em abril de 2006;

g) Dia Mundial sem Carros, nos anos de 2004, 2005 e 2006 – em parceria com o IPUF e os Conselhos Locais de Saúde;

h) Disponibilização do acervo da Biblioteca Sala Verde.

Grupo Plantando e Aprendendo

Coordenado pelo professor Guilherme Betiollo, conta com o trabalho educativo do estagiário do curso de Ciências Biológicas da UFSC, Wilson Rodrigues Saltoni Gonzáles. Composto por estudantes de diversas turmas da Escola da Fazenda, em horário extra-curricular, o grupo reúne-se às sextas feiras, das 13h30 às 16 horas, realizando atividades de pesquisa em

educação ambiental e participando de atividades educativas internas e em momentos especiais dos Ciclos de Formação em Educação Ambiental.

O Grupo participará das atividades planejadas do Programa de Gestão Ambiental da Escola da Fazenda.

Biblioteca Sala Verde

A Biblioteca Sala Verde possui livros, materiais didáticos e audiovisuais de educação ambiental e demais temas ecológicos para formação docente e geral. Está aberta à comunidade mediante agendamento com a auxiliar de biblioteca Josiany Lopes Perdigão, através do telefone (48) 3237-4602.

Contato

Rua Jaborandi, 324 / Fazenda do Rio Tavares - Cep: 88065-035 / Florianópolis – SC - Fone: (48) 3237-4602 - Atendimento das 7 às 19h, com refeições servidas na escola.

Maiores informações no blog: <http://salasverdes.blogspot.com/> ou no portal <http://efaz.com.br/>

Coordenação geral do Programa Ambiental: professora Kátia Regina Antunes – Supervisora Pedagógica da Escola da Fazenda.

Coordenador da Sala Verde da Escola da Fazenda: Guilherme Betiollo – professor de Educação Física e Educador Ambiental.

Educomunicação para Coletivos Educadores

por Rachel Trajber

Em seu romance *El Hablador* (O falador) (1987), Mario Vargas Llosa mostra um índio machiguenga que viaja pela Amazônia peruana levando a memória coletiva de história, mitos e notícias entre as diversas aldeias de seu povo. Esse personagem pode ser considerado um educador. Educomunicação – escrito junto assim é um nome bastante recente, mas as aproximações entre educação e comunicação certamente vêm de longa data. Entre os povos originais do planeta, educação, informação e comunicação sempre circularam juntos na voz dos contadores de histórias.

No século XX, com a institucionalização da escola, da educação formal e simultaneamente a crescente massificação das linguagens e dos meios de comunicação – rádio, livros, TV, jornais, cinema, internet... – observamos dois grandes movimentos que ora juntam, ora separam as duas. Essas integrações se processam tanto no interior da escola como nos veículos de comunicação, com maior ou menor intensidade.

No início do século, o pedagogo Celestin Freinet propõe a participação e integração família/comunidade/escola, valoriza o ponto de vista e a palavra da

criança na produção do conhecimento, utilizando técnicas como o desenho e o texto livres, aulas-passeio, correspondência interescolar, o jornal, o livro da vida (diário e coletivo). Mas na maioria das escolas se optava por métodos mais rígidos e tradicionais. No Brasil dos anos 40, Monteiro Lobato criou o Sítio do Pica-pau Amarelo, a Matemática e a Gramática de Emília para educar de forma divertida e mobilizar os jovens para os temas nacionais a partir da literatura. Mas foi mantido longe da escola.

Na segunda metade do século, com a expansão dos meios de comunicação, pedagogos se preocupando com como defender nossos filhos do impacto negativo dos meios de comunicação trabalharam na leitura crítica da mídia. Ao mesmo tempo, a educação popular inspirada em Paulo Freire considerava a comunicação como fundamental para a co-participação dos sujeitos no ato de conhecer. É nesse sentido freireano, que a Comunicação Socioambiental se insere como uma das estratégias propostas na dimensão difusa dos Coletivos Educadores, envolvendo a universalização do direito à comunicação, a produção descentralizada de materiais e campanhas educacionais como expressão dos conhecimentos locais, a gestão participativa dos meios com a finalidade educacional e de

enraizamento das Políticas Públicas de Educação Ambiental.

Nos anos 80, o argentino Mario Kaplún, cria o termo de Educomunicação, ainda com uma postura voltada mais para a leitura crítica da mídia. Muito embora a análise e a prática realizadas por Paulo Freire e Kaplún continuem presentes na concepção de Educomunicação, o sentido desse termo se ampliou e conta com desdobramentos, pesquisas, trabalhos e debates. Mas o que pouca gente sabe é que os conteúdos da Educação Ambiental fazem parte das origens brasileiras desse novo campo de pesquisa acadêmica e intervenção social que promove práticas democráticas e transformadoras de comunicação. Isso foi contado pelo professor Ismar de Oliveira Soares do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE-USP), um dos iniciadores dessa verdadeira revolução, dizendo que suas primeiras preocupações sobre a prática geraram projetos com a intencionalidade de educar ambientalmente.

Nesse sentido, a Educação Ambiental tem quase que legitimidade para atuar nesse campo emergente de disputas por não se constituir nem no âmbito da educação tradicional, nem no da comunicação, tornando-se um campo de convergência, não só dessas duas áreas - comunicação e educação – ao envolver a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

Ismar de Oliveira Soares entende

que educomunicação é “um campo de implementação de políticas de comunicação educativa, tendo como objetivo geral o planejamento, a criação e o desenvolvimento de ecossistemas educativos mediados por processos de comunicação e pelo uso das tecnologias da informação”. Seus objetivos específicos, segundo Soares, são: promover o acesso democrático dos cidadãos à produção e difusão da informação; identificar como o mundo é editado nos meios; facilitar o processo ensino-aprendizado através do uso criativo dos meios de comunicação e de suas tecnologias (estes – os meios de comunicação - vistos a partir não da tecnologia em si, mas de suas características e da importância de se ter acesso a eles); e promover a expressão comunicativa dos membros da comunidade educativa.

A educomunicação pode ajudar a enfrentar o desafio de construir uma sociedade brasileira educada e educando ambientalmente para a sustentabilidade, promovendo mudanças que permeiem o cotidiano de todas as pessoas. Para tal, trata-se de ocupar espaços comunicativos que potencializem a voz de educadoras e educadores ambientais, por intermédio do uso de veículos de mídia.

Ações de educomunicação: possibilidades para os Coletivos Educadores

Como isso se dá? Com base em uma ampla pesquisa feita em 1998 com 178 países, os pesquisadores da USP

chegaram a algumas dimensões de como pode se dar a ação comunicativa no espaço educativo, seja ele de educação formal ou não formal.

1) A gestão da comunicação nos espaços educativos - a Educomunicação Ambiental pode garantir o uso adequado dos meios e o exercício pleno da comunicação em espaços educativos como escolas, ONGs e movimentos sociais pela defesa do meio ambiente e qualidade de vida, com profissionais da informação como professores e jornalistas, com as redes de comunicação, com diversos promotores de mudanças sociais e políticas tanto voltadas para seus próprios participantes, como com públicos mais amplos.

A gestão da comunicação, no sentido em que pretendemos atuar, implica em uma visão não compartimentada do saber, uma visão de sociedade na qual existe um entrelaçamento entre cultura, comunicação e meio ambiente. Trata-se de como utilizar a comunicação para ampliar os complexos diálogos que a educação ambiental promove e se envolve, tecendo laços entre as relações seres humanos/seres humanos e seres humanos/ambiente natural ou construído; considerando as relações sociais, a valorização das emoções, a compreensão científica e política da complexidade ambiental, incentivando saberes ambientais e fortalecendo a potência de ação nos diversos atores e grupos sociais que trabalham na perspectiva da criação de um futuro

sustentável. E comunicando tudo isso para educar, em um processo continuado de intervenção com a sociedade.

A Educação Ambiental precisa saber se expressar em múltiplas linguagens, para além da fala e da escrita, experimentando as linguagens da imagem, do som e do movimento em suas integrações com o uso das novas tecnologias da informação e da comunicação, principalmente a Internet.

2) A educação para os meios – esta dimensão envolve a formação de leitores críticos frente aos meios, com capacidade de análise com vistas à democratização da mídia; mediadores da recepção, vistos como pólos vivos da comunicação – que compreendem e negociam significados em uma cultura produzida por poderosas imagens, palavras e sons; formação de grupos organizados ou ONGs de ação política contra os abusos de violência, mercantilismo, propaganda enganosa, baixaria, sexo. A postura do jornalismo perante situações de conflito ambiental e de interesses, longe de ser neutra, deve ser analisada e debatida de forma crítica e criteriosa.

3) O uso dos veículos de mídia mobilizando a comunidade – a comunidade pode ser a escolar, ONGs para a produção da comunicação – a cidadania organizada em sociedades diversas, mutantes e cada vez mais complexas se baseia no acesso à informação e ao conhecimento para substituir a hegemonia do Estado, dos

partidos ou de setores sociais específicos por outros atores envolvidos em uma permanente negociação dos conflitos.

Coletivos Educadores utilizam esses recursos na perspectiva da cidadania ambiental, o que implica na democratização das informações, do acesso ao conhecimento e das tecnologias utilizadas, desenvolvendo *ecossistemas comunicativos*.¹

Metodologia: o desafio da gestão participativa

Vamos pensar sobre como grupos e coletivos formadores em Educação Ambiental podem atuar conjuntamente em uma política de processos comunicativos para a construção de municípios ou territórios educadores sustentáveis. Administrar a educação na dimensão da gestão participativa – conjunta, não individual – representa o desafio de realizar intervenção social, de forma dialógica, a partir da tomada de decisões coletivas.

Para propor sugestões iniciais de gestão participativa da educação, tomamos como base as propostas de Ismar de Oliveira Soares, adaptadas à linha de ação “Comunicação para a Educação Ambiental” do Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA e integradas a alguns dos resultados da Oficina de Comunicação e Educação Ambiental realizada pela DEA.

Pesquisa-ação-participante

Ações de educação não prescindem da pesquisa-ação-participante, pois estão fundamentadas no resgate da memória comunicativa e ambiental, e da conseqüente intervenção social, ambas com profundas raízes locais. Algumas questões precisam ser levantadas.

1. O que já existe de materiais de educação ambiental na comunidade local ou na região (vídeos, programas de rádio, publicações, folhetos, músicas...)?

2. Quais são as pessoas que conhecemos com projetos, atividades, interesse ou potencial para atuarem como educadores ambientais?

3. Em nossa comunidade, quais são os educadores, os protagonistas dos processos educacionais, presentes nos grandes meios de comunicação, nos canais e rádios educativas e comunitárias, nos movimentos sociais e, até mesmo em empresas (esses profissionais apresentam como sentido e meta definida de suas ações a utopia da construção da cidadania¹)?

4. Temos estruturas de apoio à produção tanto formais como não-formais, tanto públicas como particulares (ONGs, instituições governamentais, cursos, instituições de ensino superior ou escolas com estúdios de rádio, TV, vídeo, gravadoras)?

5. Temos estruturas de difusão (rádio comunitária, Internet, TV comunitária ou TV aberta, legislação que possibilite a inserção de conteúdos de educomunicação em rádios locais ou TVs a cabo)?

6. Como fazer para identificar as faltas e lacunas com direito a pleito legal (espaços com demanda por radiocomunicação, projetos em andamento, locais com falta de rádios ou TVs educativas e comunitárias)?

Compartilhar informações e cardápios

Coletivos Educadores podem disponibilizar suas pesquisas, materiais, cursos no SIBEA (www.mma.gov.br), em outros portais de conteúdos, páginas de redes, de emissoras de rádio e TV, entre outros.

A cultura de redes é ainda nova e estamos descobrindo caminhos, mas é importante que os Coletivos Educadores participem. O trabalho educativo em rede potencializa uma real horizontalidade e circularidade de saberes, poderes e significados. Em Educação Ambiental existem redes locais, regionais, estaduais, tendo a REBEA, a Rede Brasileira de Educação Ambiental como a rede de redes. A REBECA – Rede Brasileira de Educomunicação Ambiental, ainda em fase de estruturação, se propõe a reunir profissionais da comunicação interessados em educação ambiental, educadores que atuam com

comunicação, gestores públicos, ambientalistas, pesquisadores para debater sobre esse campo inovador do conhecimento. Existem ainda a Educom - Rede Brasileira de Educomunicadores e a Rede Latino-Americana e Caribenha de Educomunicação, animada a partir de Cuba.

Uma maneira interessante de utilizar redes como espaços democráticos de informações em múltiplas linguagens seria criar conjuntamente, de forma coordenada, campanhas temáticas e programas de educomunicação ambiental. Os programas seriam produzidos e veiculados localmente e também em rede por Coletivos Educadores, Ongs, universidades, escolas, construídos a partir de processos educativos participativos continuados e diversificados, mas tendo um objetivo em comum: ampliar o enraizamento da Educação Ambiental e garantir a cada cidadão o acesso e o uso democrático dos recursos da comunicação.

Uso dos recursos da mídia de massas como forma de mobilização

Coletivos Educadores, gestores da ação educacional ambiental, podem tanto incentivar, quanto orientar ou mesmo produzir conteúdos para meios principalmente jornais, rádio e TV. Eles podem planejar e implementar ações educativas no espaço da educação presencial e a distância. A produção participativa dos meios

permite fomentar sistemas solidários de produção e veiculação de comunicação ambiental; debater a gestão popular nos meios de comunicação de massa (em sua maioria privada e altamente comercial); alimentar canais públicos com conteúdos socioambientais com linguagens inovadoras e metodologias participativas; “ambientalizar” os veículos de comunicação comerciais de alcance nacional.

A meta dos Coletivos Formadores é ampliar a capacidade expressiva das pessoas, entendidas como parte de comunidades aprendentes, independentemente da condição social, grau de instrução, ou inserção no mercado. Contribuindo com isso para a defesa do 'livre fluxo' da informação no âmbito global, indo além do conceito de 'liberdade de expressão', voltado para os direitos dos proprietários dos veículos de informação e comunicação.

É a partir desse novo contexto de educomunicação que os Coletivos Educadores surgem como organizações de intervenção e transformação social.

Produção popular de comunicação ambiental e formação de educadores ambientais

Como a gestão da educomunicação deriva de uma práxis pedagógica, onde a ação/prática se encontra sempre interligada organicamente à reflexão

/teoria, será preciso constituir cardápios específicos de formação de educadores ambientais. Dada a novidade do campo educacional, é necessário um esforço de formação permanente não apenas para educadores e educadoras, mas para toda a comunidade educativa envolvida no processo de crescimento dos chamados sujeitos ecológicos.

Somente para citar alguns exemplos, em todo o Brasil, ONGs como o Cala Boca já Morreu (SP), a Cipó (BA), o Saúde e Alegria (AM), o Grupo de Trabalho Amazônico – GTA atuam com muita força para a formação de educadores e em projetos de educação utilizando os meios.

Verifica-se que o envolvimento de múltiplos segmentos educadores da sociedade nos Coletivos Educadores, tanto no que se refere a instituições e grupos profissionais, como o respeito ao equilíbrio de gênero, grupo cultural e diversidade étnico-racial, aumenta a capacidade de criar e propor linguagens e técnicas. Essa diversidade traz pluralidade no uso dos meios e amplia os espaços de comunicação.

Finalmente, uma das dimensões essenciais da gestão em educomunicação é colaborar para que os educadores e os educandos se apropriem conceitual e praticamente dos recursos da comunicação, de modo que se transformem em produtores de cultura utilizando as novas linguagens e meios.

Referências Bibliográficas

BELTRAND, M.V. (Org.). Manual de comunicação e meio ambiente. São Paulo: Ed. Fundação Peirópolis, 2004.

BUBER, M. Do diálogo e do dialógico. São Paulo: Perspectiva, 1982.

CITELLI, A. Comunicação e educação - a linguagem em movimento. São Paulo: Ed. SENAC, 1999.

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

FÓRUM DE ONGS BRASILEIRAS. Meio Ambiente e desenvolvimento: uma visão das ONGS e dos movimentos sociais brasileiros. Relatório do Fórum das ONGS brasileiras preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992.

GUTIERREZ, F. Linguagem total: uma pedagogia dos meios de comunicação. São Paulo: Summus, 1978.

HABERMAS, J. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1989.

KAPLÚN, M. El comunicador popular. Buenos Aires: Humanitas, 1986.

LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEVY, P. As tecnologias da inteligência. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

LIMA, G.L. Educomunicação, Psicopedagogia e prática radiofônica – estudo de caso do Programa de rádio Cala-boca já morreu. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado) – ECA/USP.

MARTÍN-BARBERO, J. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

MATURANA, H. Emoções e linguagem na educação e na política. Belo Horizonte: Humanitas; UFMG, 1998.

MORIN, E.; Le MOIGNE, J.-L. A inteligência da complexidade. São Paulo: Peirópolis, 2000.

SOARES, I. de O. Educomunicação: um campo de mediações. Comunicação & Educação, n.19. São Paulo: Ed. Moderna, 2000.

_____. Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação, n. 23. São Paulo: Editora Moderna, 2000.

UNESCO/IBAMA/SEMA-SP. Educação para um futuro sustentável. Uma visão transdisciplinar para uma ação compartilhada. Brasília: Edições Ibama, 1999.

WWF. Redes: uma introdução às dinâmicas de conectividade e da auto-organização. Cássio Martinho. Brasília: WWF Brasil, 2004.

MMA. Educação Ambiental. Programas e projetos. Educomunicação. Disponível em: www.mma.gov.br.

Citações Bibliográficas

1 Ismar de Oliveira Soares, citado por Gracia Lopes Lima.

COLECIONA: educomunicação

Programa Latino Americano e Caribenho de Educação Ambiental – PLACEA

por Iara Carneiro

O Programa Latino Americano e Caribenho de Educação Ambiental (PLACEA) é uma iniciativa do Governo Brasileiro para fortalecer a cooperação entre os países em desenvolvimento, em especial, da América Latina e Caribe. Este projeto incorpora-se à tendência e considera os acordos estabelecidos na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo/2002), para a formação de grupos e alianças regionais com o objetivo de fortalecer a cooperação internacional e contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Concebido para ser implementado no marco da Rede de Formação Ambiental do PNUMA, articulado ao Plano de Barbados, à Iniciativa Latino-americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável e ao plano de Ação Regional do Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe, o Programa constitui um instrumento de integração regional nas questões afetas à Educação Ambiental, contribuindo para a consolidação de políticas públicas nacionais. Tem o propósito de estabelecer um mecanismo regional permanente que impulse a coordenação de políticas, estimule o desenvolvimento de programas e projetos e fomente a comunicação, o

intercâmbio e o apoio mútuo entre os governos regionais, assim como entre estes e os outros atores sociais envolvidos com o desenvolvimento de programas de educação ambiental.

Breve histórico

O PLACEA nasceu em 1992, durante o I Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, realizado em Guadalajara, no México. Diante da necessidade de se propiciar espaços para análise do processo educativo-ambiental na região, durante o III Congresso Ibero-americano de EA, foi criada uma comissão que elaborou o documento preliminar para discussão, intitulado “Projeto Ibero-americano de Educação Ambiental”. A proposta foi discutida tecnicamente no 1º Simpósio de Países Ibero-americanos sobre Políticas e Estratégias Nacionais de Educação Ambiental que ocorreu na Venezuela, no ano 2000. As recomendações deste Simpósio foram expressas através de um documento conhecido como “Declaração de Caracas”.

O processo de elaboração do Programa teve continuidade em 2003, durante o 2º Simpósio de Países Ibero-americanos sobre Políticas e Estratégias Nacionais de EA, realizado

no marco do IV Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, em Cuba. Neste momento, o Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe foi considerada a instância mais adequada para discutir e implementar o programa e, assim, o Programa foi levado para discussão no Foro, em reunião no Panamá.

Em cumprimento à decisão do Foro de Ministros, o governo da Venezuela realizou em 2004, a 1ª Reunião de Especialistas em Gestão Pública da Educação Ambiental da América Latina e Caribe, na ilha Margarita, para discutir como seria operacionalizado o PLACEA. Durante esta reunião estiveram presentes representantes do Ministério de Meio Ambiente de 15 países, que elaboraram um plano de implementação do Programa.

Objetivos:

Este trabalho visa contribuir para a consolidação de políticas públicas nacionais e regionais de educação ambiental, estabelecendo e consolidando mecanismos para o trabalho em rede, para a promoção da integração e incremento da comunicação entre organismos públicos e privados das regiões latino-americana e caribenha. Além disso, o programa intenciona fortalecer os aspectos conceituais e metodológicos da educação ambiental no marco da construção de sociedades sustentáveis segundo as óticas regionais, potencializando a formação continuada de educadores ambientais e de outros atores comprometidos com a

conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida.

Coordenação brasileira

Durante a última reunião do Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe, realizada em Santo Domingo (República Dominicana), em fevereiro de 2008, o Brasil assumiu a responsabilidade de coordenar, conjuntamente ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental (PLACEA) no biênio 2008/2009.

3ª Reunião de Especialistas em Gestão Pública da Educação Ambiental da América Latina e Caribe

O primeiro momento da agenda do PLACEA sob coordenação do governo brasileiro, será a 3ª Reunião de Especialistas em Gestão Pública da Educação Ambiental da América Latina e Caribe, prevista para ocorrer durante o Encontro Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental, em outubro de 2008, em Brasília.

O Encontro foi idealizado a partir da percepção de potenciais sinergias entre as seguintes iniciativas, a serem trabalhadas na região: Programa Latino Americano e Caribenho de Educação Ambiental (PLACEA), Conferência Internacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente (CIIJMA), Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações

Unidas/UNESCO (DEDS).

O evento contará com a apresentação de iniciativas regionais a serem trabalhadas de forma contínua, como a Jornada do Tratado da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global - uma das principais cartas de princípios da educação ambiental latino-americana, para o processo de revisão do documento elaborado durante o Fórum Global de ONGs da Rio 92. O Tratado é considerado. Outra iniciativa que vai ser discutida e trabalhada durante este Encontro é o VI Congresso Ibero-americano de EA, que reunirá, em 2009 na Argentina, educadores ambientais da região.

Um dos resultados esperados para este momento é a Declaração de Brasília, documento contendo os principais encaminhamentos e delineamento da identidade da educação ambiental na região latino-americana e caribenha. A Declaração será encaminhada para agências de cooperação internacional e outras instituições interessadas na temática.

Quem participa:

Para esta ocasião, convidamos a reunirem-se os gestores de Ministérios de Meio Ambiente e Educação Ambiental dos 33 países da América Latina e Caribe, além de um representante da sociedade organizada de cada país. Os objetivos do encontro entre os pontos focais do PLACEA é viabilizar a revisão da estrutura

organizacional do programa, debater linhas de ação prioritárias, a mobilização de recursos, partilha de responsabilidades entre os países e um cronograma de ação do PLACEA no biênio sob coordenação do governo brasileiro.

Mais informações sobre o PLACEA no site do MMA www.mma.gov.br/ea - Publicações do Órgão Gestor da PNEA (http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dt_05.pdf), ou pelo email: placea@mma.gov.br.

A Cooperação Internacional em Educação Ambiental: Enquadramento Político-Estratégico

por Cláudia S. Martins -
coordenadora do Projeto de EA na CPLP

Foi após a Segunda Guerra Mundial, principalmente devido a necessidade de reconstrução dos vários países nela envolvidos, que se iniciaram as atividades internacionais de cooperação técnica, como mecanismos auxiliares ao desenvolvimento. No ano de 1948 cunhou-se a expressão “assistência técnica”, pela Assembléia Geral das Nações Unidas, que a definiu como “transferência, em caráter não comercial, de técnicas e conhecimentos, mediante a execução de projetos a serem desenvolvidos em conjunto entre atores de nível desigual de desenvolvimento, envolvendo peritos, treinamento de pessoal, material bibliográfico, equipamentos, estudos e pesquisas”. Essa designação foi aprimorada em 1959, passando a ser termo corrente “cooperação técnica”, que revela uma relação entre partes desiguais que ainda assim mantêm trocas, pelos interesses mútuos entre as partes. Na década de 1970, o acúmulo de experiências positivas dos países em desenvolvimento, passíveis de serem transferidas para outros países com problemas semelhantes, fez com que as Nações Unidas desenvolvessem o conceito e fomentassem a “cooperação técnica entre países em

desenvolvimento” ou “cooperação horizontal”, em contraposição à “cooperação Norte – Sul”.

Ainda a um nível macro, é preciso destacar as etapas preparatórias para o surgimento formal de uma comunidade lusófona, com uma visão compartilhada de desenvolvimento e democracia. Essas datam de 1989, quando aconteceu o I Encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, no Brasil, resultando na criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa e, em 1996, na criação da própria CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Segundo Lopes & Santos (2006), essa Comunidade já existia antes de ser institucionalizada, assente na identificação cultural e lingüística. A sua formalização proporcionou um quadro dentro do qual as relações existentes se podiam reforçar e desenvolver, tendo já provado o seu valor, exitosa nos objetivos que se colocou, isto é, enquanto plataforma para a concertação político-diplomática; na cooperação, seja econômica, social, cultural, jurídica ou técnico-científica; além, claro, da promoção da língua portuguesa (BARROSO apud LOPES & SANTOS, 2006). Correspondeu à criação de um espaço geopolítico na comunidade internacional, unindo países com características

simultaneamente comuns e diferenciadas. Esses países encontraram no principal instrumento de definição das intervenções propostas e de planejamento das ações de cooperação técnica - projeto, consubstanciado em documento que registra os fins almejados e os meios necessários para sua consecução, além da lógica da intervenção – uma ferramenta adequada para o reforço de suas relações.

Isso é uma verdade materializada quando se fala de relações bilaterais e multilaterais no contexto da CPLP e na problemática ambiental. Veja-se o processo gradativo de imersão da Comunidade nas questões ambientais, com a redação da Declaração de Lisboa, em 1997, recomendando o estabelecimento de um Observatório Ambiental destinado a analisar os principais aspectos de cooperação na CPLP, identificando à partida a gestão de resíduos e implementação dos Acordos Ambientais Multilaterais como potenciais áreas de cooperação; a priorização dos temas Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), gestão de recursos hídricos (abastecimento de água e saneamento, minimização de riscos de secas e cheias), gestão de resíduos (sólidos urbanos, hospitalares e industriais), proteção do solo e reforço das capacidades institucionais e técnicas, na Declaração de Maputo, em 2001; o acordo das áreas temáticas prioritárias para cooperação, em 2005, responsabilidade de trios de países; e a Declaração de Brasília, em 2006, que dá

maior sustentação a ações que incentivem o acesso e a difusão de informações e a comunicação de iniciativas ambientais.

O Brasil, desde anteriores governos e com maior preponderância no governo atual, tem o objetivo político claro de assumir um papel de liderança, não só pelo seu enquadramento geográfico, mas com ativismo diplomático e alianças estratégicas já em desenvolvimento com parceiros (ALMEIDA, 2004). Pelas suas características naturais, humanas e culturais, bem como pelo seu histórico de participação em eventos de educação ambiental e processos de mobilização social, ele é naturalmente um ator de relevante expressão na política ambiental global (BRASIL, 2006). Convencido de que a reversão do processo de alterações climáticas depende de concertação no âmbito nacional e internacional, tem a cooperação internacional como uma de suas diretrizes, com países dos eixos Sul e Norte, nomeadamente unindo os Ministérios da Educação e do Meio Ambiente na figura de um Órgão Gestor, responsável por implementar um Programa Nacional orgânico, primariamente para a totalidade dos habitantes do país.

Nesse contexto, o Departamento de Educação Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente, participou na cooperação técnica com o Ministério do Urbanismo e Ambiente de Angola, na construção de seu Programa Nacional de Educação Ambiental. Está iniciando

um processo similar com o governo de Moçambique, a pedido do Ministério da Coordenação para a Ação Ambiental, e encontra-se em plena execução em seu eixo de relações internacionais multilaterais com o Projeto de Educação Ambiental na CPLP no Marco da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Reforçado pela necessidade apontada pelos participantes no evento integrado ao V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, específico para países de língua portuguesa, conforme ocorrido em abril de 2006, de se ampliarem as ações no âmbito da educação ambiental lusófona, fortalecendo as identidades entre os países, os espaços de participação como a rede Lusófona-REDELUSO, e o contato estreito com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, bem como pelo apoio da missão do Brasil na CPLP, em agosto do mesmo ano, está definido o enquadramento político-estratégico para a implementação do Projeto.

A atuação do Departamento de Educação Ambiental, como entidade executora, pauta-se pela plena convicção de que exportação de modelos é indesejável e ineficiente e de que os países “cooperantes” precisam ser auxiliados pelos países parceiros na hora de exercer as relações internacionais. Essa visão não é inovadora na sua essência, mas é em sua atuação. Mais um desafio assumido pela Educação Ambiental no Brasil, que será tão mais bem-sucedido quanto mais fortes forem os esforços dos oito.

Bibliografia

ALMEIDA, P.R. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 47, n.1, p. 162-184, Jun. 2004.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Departamento de Educação Ambiental. Programa Nacional de Educação Ambiental, 2005. 105 p.

LOPES, L.F.; SANTOS, O. *Novos Descobrimentos – do Império à CPLP: ensaios sobre a História, Política, Economia e Cultura Lusófonas*. Lisboa: Editora Almedina, 2006. 207 p.

Recursos para Educação Ambiental dos investimentos do PAC Saneamento

Em março de 2006 foi constituído um Grupo de Trabalho Interinstitucional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento - GTEAMSS, formado por representantes dos Ministérios das Cidades, do Meio Ambiente, da Educação, da Integração Nacional, da Saúde e da Caixa Econômica Federal. Esse GTEAMSS iniciou seus trabalhos por meio da construção de um Programa Nacional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento.

Fruto desse trabalho coletivo foi elaborado o Programa Nacional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento - PEAMSS, que busca fortalecer e apoiar o desenvolvimento das iniciativas de educação ambiental e mobilização social em saneamento, de forma que se consolidem como iniciativas continuadas e transformadoras e que contribuam para o controle social, a universalização do saneamento e a construção de sociedades sustentáveis.

Além da construção desse programa, um dos resultados obtidos por esse GTEAMSS foi a elaboração de uma minuta que oriente as ações de Educação Ambiental em Saneamento em consonância com o PEAMSS, que por sua vez está calcado nos princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental PNEA e do Programa Nacional de Educadores

Ambientais - ProNEA. A institucionalização dessa minuta foi dada por meio da publicação da Instrução Normativa nº 36, de 31 de agosto de 2007, e outras instruções normativas do Ministério das Cidades, que recomendam que de 1% a 3% dos recursos investidos pelo Programa de Aceleração do Crescimento no âmbito do saneamento - PAC Saneamento - sejam destinadas a ações socioambientais gestadas no espírito de uma educação ambiental diferenciada.

Nesse sentido, o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental recomenda que os Coletivos Educadores, Salas Verdes e demais educadores e educadoras ambientais, procurem interagir com as instituições que demandarão os recursos de sua região (empresas de saneamento e poder público local) com o intuito de desenvolver uma ação conjunta nos respectivos territórios e identificar as possibilidades de se candidatarem a conduzir os processos de educação ambiental e mobilização social associados às obras desenvolvidas.

Para dar continuidade a esse processo, com intuito de discutir a conjuntura da educação ambiental no âmbito do saneamento e os materiais pedagógicos que irão subsidiar as ações do PEAMSS, foram realizadas oficinas de capacitação em educação ambiental e saneamento em diversos estados.

EVENTOS

8º Intecol - Conferência Internacional de Áreas Úmidas -"Grandes áreas úmidas. Grandes preocupações"

Data: 20 a 25 de julho

Local: Centro de Eventos Pantanal, em Cuiabá

Horário: Varia de acordo com a programação do dia. Consulte no site

Inscrições: Tabela com valores e datas no site abaixo.

Mais informações: pelo site <http://www.cppantanal.org.br/intecol/eng/index.php>

Com reunião realizada a cada quatro anos para auxiliar, subsidiar e municiar os tomadores de decisões com informações científicas sobre o tema, essa é a primeira vez que ocorre na América Latina. É esperada a participação de mil cientistas de todo o mundo.

Oficina-curso: um pouco sobre educomunicação socioambiental para gestores de projetos

Quem realiza: Ambiente Global

Data: 17 a 18/07/08

Local: São Paulo/SP

Horário: 09h às 18h

Valor: R\$ 780,00 / pessoa

Inscrições e maiores informações: através do site <http://www.ambienteglobal.com.br/>

VI Encontro Nordestino de Educação Ambiental em Áreas de Manguezal

Quem realiza: Secretarias de Meio Ambiente de Alagoas e de Sergipe, com o apoio da Prefeitura de Penedo, UFAL e EDUMANGUE

Data: 21 a 26 de julho

Local: Penedo/AL

Horário: 8h às 19h30

Inscrições: através do preenchimento do formulário disponível em meio digital ou solicitá-lo pelo e-mail viereaam@yahoo.com.br. Devolvê-lo preenchido ao mesmo e-mail, aos cuidados de Andressa Fernandes. Deve-se fazer o depósito bancário (ver tabela de valores de inscrição) e enviar o comprovante do depósito pelo e-mail viereaam@yahoo.com.br, com o “assunto” Pagamento Inscrição VI EREAAM, ou por fax: (82) 3315-2637 e (82) 3315-2680.

Mais informações: pelo e-mail: viereaam@yahoo.com.br

TABELA COM VALORES DAS INSCRIÇÕES

Categorias	Valores	
	P/ inscrições até 14/07	P/ inscrições após 14/07
Estudantes	30,00	50,00
Profissionais	70,00	100,00
Pescadores, marisqueiras e catadores de caranguejos	isentos	isentos

IV Fórum Ambiental da Alta Paulista

Quem realiza: Associação Amigos da Natureza da Alta Paulista

Local e data: FADAP/FAP - 21 a 24 de julho

Mais informações: www.amigosdanatureza.org.br ou mande um e-mail para forum2008@amigosdanatureza.org.br

II Encontro do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental com as Redes de Educação Ambiental da Malha da Rebea

Quem realiza: os Ministérios do Meio Ambiente e da Educação e a Rede Brasileira de Educação Ambiental

Data: outubro de 2008

Local: Goiás ou Brasília (a definir)

Participantes: o público total de participação será no máximo 120 pessoas. As vagas de participação são destinadas a 02 (dois) membros de cada Rede da Malha da ReBEA. Os critérios para a escolha dos membros que participarão do Encontro estão sobre a responsabilidade de cada Rede.

Mais informações: em breve na página da Educação Ambiental, no site do MMA.

O encontro busca dar continuidade à interlocução entre as redes de educação ambiental e o Órgão Gestor, especialmente na conjuntura de adiamento da realização do VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, que ocorrera em junho de 2009. Pretende-se avaliar os avanços obtidos desde 2005, definir as formas de interlocução entre o Órgão Gestor da PNEA e as Redes de Educação Ambiental e aprimorar a articulação entre as Redes de Educação Ambiental para a implementação da PNEA.

2a Mostra do Filme Ambiental e Etnográfico de Rio das Ostras (MFAERO)

Quem realiza: docentes e educandos do curso de Produção Cultural do PURO com apoio da Universidade Fluminense

Data: 17 e 21 de novembro

Local: Pólo Universitário de Rio das Ostras (PURO)

Inscrições: até 31 de julho

Mais informações: através do site www.mfaero.blogspot.com

Este ano, durante os cinco dias da mostra, diversas atividades paralelas às exibições

dos filmes serão oferecidas gratuitamente para o público, que poderá escolher de que maneira desejará participar do evento. Haverá debates, oficinas de fotografia, de cinema documentário e mesas redondas com pesquisadores e estudantes da Região, que apresentarão trabalhos acadêmicos com dados atuais sobre a história e o desenvolvimento da Região da Baixada Litorânea.

Serão escolhidos, pelo júri popular, cinco obras que integrarão o primeiro DVD Acervo Videoteca do PURO. O mesmo será produzido e distribuído pela equipe organizadora do evento para instituições de ensino federal e escolas das redes públicas da região.

Seminário Impactos Ambientais: equívocos, entraves e proposições contemporâneas

Quem realiza: Casa da Floresta Assessoria Ambiental

Data: 11 e 12 de setembro

Local: Piracicaba/SP

Público: gestores de empresas, instituições públicas e ONGs, pesquisadores, estudantes de pós-graduação

Inscrições: através do site www.casadafloresta.com.br

Palestrantes: Luis Enrique Sánchez - Professor Titular da Escola Politécnica/Universidade de São Paulo (USP); membro da International Association for Impact Assessment (IAIA). / Maria José Brito Zákia - Consultora de Relacionamento Socioambiental e Cultural da Votorantim Celulose e Papel (VCP). / Marcelo Pereira de Souza - Professor Titular da Escola de Engenharia de São Carlos/Universidade de São Paulo (USP). / Marcelo Theoto Rocha - Pesquisador do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA - ESALQ/USP). Membro do Comitê Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto. / Carlos Frederico Bernardo Loureiro - Professor da Faculdade de Educação/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). / Paulo de Marco Júnior - Professor da Universidade Federal de Goiás (UFG). /

Mônica Cabello de Brito e Klaus Duarte Barreto - Coordenadores Gerais da Casa da Floresta Assessoria Ambiental. / Enrique Leff - Professor/pesquisador da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM).

Mônica Cabello de Brito e Klaus Duarte Barreto - Coordenadores Gerais da Casa da Floresta Assessoria Ambiental. / Enrique Leff - Professor/pesquisador da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM).

Mônica Cabello de Brito e Klaus Duarte Barreto - Coordenadores Gerais da Casa da Floresta Assessoria Ambiental. / Enrique Leff - Professor/pesquisador da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM).

Mônica Cabello de Brito e Klaus Duarte Barreto - Coordenadores Gerais da Casa da Floresta Assessoria Ambiental. / Enrique Leff - Professor/pesquisador da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM).

Mônica Cabello de Brito e Klaus Duarte Barreto - Coordenadores Gerais da Casa da Floresta Assessoria Ambiental. / Enrique Leff - Professor/pesquisador da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM).

Mônica Cabello de Brito e Klaus Duarte Barreto - Coordenadores Gerais da Casa da Floresta Assessoria Ambiental. / Enrique Leff - Professor/pesquisador da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM).

LIVRO

“Financiamento e fomento ambiental: fontes de recursos financeiros para a gestão pública: cenários e estratégias de captação para o funcionamento de fundos socioambientais”

Autor: organizado pelo Ministério do Meio Ambiente e pela Rede Brasileira de Fundos Socioambientais e lançado pelo FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

Publicação disponível para download no site da RBFA:
<http://www.fundosambientais.org.br/>

REVISTA

Revista Aguapé

É uma publicação da Rede Aguapé de Educação Ambiental do Pantanal. Cada exemplar traz edições especiais sobre assuntos pertinentes à área ambiental, enfocando a importância da conservação e da preservação do meio ambiente. A Revista é uma publicação desenvolvida para divulgar a educação ambiental entre professores e cidadãos que vivem na região da Bacia do Alto Paraguai.

Comunique-se com a revista:

Email - ecojornalistapantanal@gmail.com

Correio Postal - Ecoa - Rua 14 de julho, 3.169, centro

Campo Grande - MS CEP: 79002-333

Telefone - (67) 3324-3230

Site - www.redeaguape.org.br

Música

CD *CantaPraMimPiracicamirim*

Quem: Grupo Corda de Barro

O grupo é formado por músicos populares e vem se apresentando desde 2001 em variados eventos da área ambiental, além de teatros e festas populares. Tem como proposta fazer música de boa qualidade apresentando ao público elementos que elevem o papel desta arte na educação ambiental. Com canções próprias e releituras de clássicos populares de diversas regiões do Brasil o grupo Corda de Barro canta os rios, os mares, as matas e toda bio e sócio-diversidade que nos envolve! Tendo como características sonoras diversas influências musicais, tais como Catira, Folia de Reis, Moda de Viola, Guarânia, MPB, coco, baião, cirandas, dentre outros, o Corda de Barro se propõe a tocar músicas brasileiras regadas de viola de dez cordas, violão, rabeca, triângulo, pandeiro, zabumba, tambores, caxixis e ritmos regionais. Além do resgate sonoro, busca-se através da música a sensibilização ecológica do público, voltando-se à cidadania com contos, poemas e histórias faladas.

Maiores informações e *download* das músicas do primeiro CD estão no site:
www.cordadebarro.com

Vídeos

Assista aos vídeos das Salas Verdes de Maragogipe e Cananéia.

Sala Verde Maragogipe

<http://www.youtube.com/watch?v=MmearHRkbT0>

Sala Verde Cananeia

<http://www.youtube.com/watch?v=CQN3EqpzqBA>